



Orizon Valorização de Resíduos S.A.

CNPJ: 11.421.994/0001-36



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A divulgação dos resultados do terceiro trimestre ocorre em um momento em que o Brasil seia a COP30, reforçando a relevância da agenda de descarbonização e de transição energética no país. Nesse contexto, a OrizonVR reafirma seu posicionamento como empresa de referência na valorização de resíduos e na geração de energia renovável, apresentando resultados consistentes e sustentáveis, ancorados em disciplina operacional, eficiência financeira e execução estratégica.

O terceiro trimestre de 2025 foi marcado pela continuidade do desempenho sólido da OrizonVR, com crescimento de 12,8% na receita líquida e EBITDA em linha com o 3T24, refletindo o nível de maturação dos ativos, o ganho real de preços e a eficiência operacional do negócio. O lucro líquido, impactado pelo pré-pagamento da 4ª emissão de debêntures (efeito de R\$ 14,5 milhões), teria crescido 56,5% em relação ao trimestre anterior e 1,5% em relação ao ano anterior quando ajustado, evidenciando a previsibilidade e a resiliência do modelo de negócios.

No segmento de destinação final, os eparques apresentaram evolução consistente, com alta de 9,4% no preço médio consolidado e crescimento de 3% nos volumes recebidos, resultado da reprecificação de alguns contratos - somada ao efeito do mix de preços e de perfil de clientes - e da gestão eficiente de portfólio.

Em créditos de carbono, as vendas de R\$ 14 milhões refletiram o amadurecimento comercial da Companhia, com estrutura dedicada e gestão ativa dessa frente de negócios. A OrizonVR possui projetos certificados por padrões internacionais reconhecidos, o que assegura integridade e qualidade ambiental aos créditos gerados.

A economia circular manteve trajetória positiva, impulsionada pela retomada das vendas de CDRs. Embora o comparativo anual inclua leve retração, o desempenho operacional segue dentro das expectativas e reforça a consolidação dessa vertical como parte importante do portfólio integrado da Companhia.

Em transição energética, destacamos o início da produção em testes de biometano no Eparque Jaboatão dos Guararapes, marco estratégico na agenda de projetos da Companhia e passo relevante para o fortalecimento dessa vertical. As obras da Usina de Recuperação Energética de Barueri (WIE) e das demais plantas de biometano seguem dentro do cronograma previsto, reforçando o foco da OrizonVR em ampliar capacidade, eficiência e diversificação de receita.

Do ponto de vista da estrutura de capital, fortalecemos o perfil de longo prazo da dívida e tornamos a estrutura financeira mais eficiente. A nova emissão de debêntures, realizada em condições alinhadas ao momento da Companhia, possibilitou substituir um instrumento anterior e aprimorar o perfil do endividamento. Essa operação reforça nossa disciplina de capital e amplia a flexibilidade necessária para sustentar o plano de investimentos em andamento.

As discussões em curso na COP30, que neste momento mobilizam líderes globais em torno de metas de descarbonização e de financiamento climático, reforçam a convergência entre o ambiente regulatório e o modelo de negócios da OrizonVR. A priorização do biometano como combustível estratégico, as metas de redução de emissões de metano e o avanço das políticas de financiamento verde criam

condições favoráveis à expansão de empresas com projetos maduros e capacidade comprovada de execução - perfil que se reflete diretamente na atuação da Companhia.

Para o quarto trimestre de 2025, seguimos acelerando a maturação dos ativos em operação, o *ramp-up* da produção de biometano em Jaboatão, o avanço das obras da Barueri Energia e a avaliação de novas oportunidades de aquisição com foco em sinergia operacional e retorno sobre capital investido.

A OrizonVR encerra o trimestre fortalecida, com resultados consistentes, estrutura de capital eficiente e uma estratégia clara de criação de valor sustentável. Seguimos comprometidos em transformar resíduos em energia, eficiência e impacto positivo — entregando crescimento rentável e previsível aos acionistas e contribuindo, de forma concreta, para um futuro de baixa emissão e alta produtividade.

Agradecemos aos nossos colaboradores, clientes, parceiros, comunidades, conselheiros e acionistas pela confiança e pelo compromisso contínuo com a nossa jornada de crescimento sustentável e geração de valor de longo prazo.

Milton Pião Jr.
CEO

Leonardo Santos
CFO e DRI

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 3T25

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das informações trimestrais (ITR) consolidadas auditadas da Companhia relativa aos períodos findos em 30 de setembro de 2025 e 2024. Os termos "A" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas em geral significam "análise horizontal" e "análise vertical", respectivamente, enquanto o termo "n.a" significa "não aplicável".

PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2025 COMPARADO AO PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2024

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

(em R\$ milhares, exceto %)	3T25	AV%	3T24	AV%	AH%
Receita operacional líquida	281.050	100,00%	249.074	100,00%	12,84%
Custos dos serviços prestados	(144.278)	-51,34%	(124.144)	-49,84%	16,22%
Lucro Bruto	136.772	48,66%	124.930	50,16%	9,48%
Despesas gerais e administrativas e com vendas	(50.333)	-17,91%	(45.264)	-18,17%	11,20%
Outras receitas (despesas) líquidas	(2.982)	-1,06%	6.182	2,48%	n.a
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	83.457	29,69%	85.848	34,47%	-2,79%
equivalência patrimonial	1.024	0,36%	5.237	2,10%	-80,45%
Resultado de equivalência patrimonial	(53.755)	-19,13%	(46.733)	-18,75%	15,03%
Receitas Financeiras	36.113	12,85%	9.343	3,76%	n.a
Despesas Financeiras	(89.868)	-31,98%	(56.076)	-22,51%	60,26%
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	30.726	10,93%	44.352	17,81%	-30,72%
Imposto de renda e contribuição social	(3.384)	-1,20%	(3.096)	-1,24%	9,30%
Imposto de renda e contribuição social corrente	(4.940)	-1,76%	(6.419)	-2,58%	-23,04%
Imposto de renda e contribuição social diferido	1.556	0,55%	3.323	1,33%	-53,17%
Resultado do período	27.342	9,73%	41.256	16,56%	-33,73%

Receta operacional líquida

A receita operacional líquida do período findo em 30 de setembro de 2025 foi de R\$281.050 mil comparativamente a R\$249.074 mil no mesmo período de 2024, o que representou aumento de R\$31.976 mil ou 12,84%. Esse desempenho foi impulsionado, principalmente, pela destinação final de resíduos com novo aumento no preço médio e pelas vendas de créditos de carbono.

Balancos patrimoniais em 30 de setembro 2025 e 31 de dezembro de 2024

Ativo	Controladora		Consolidado		
	Nota	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	621.851	3.488	1.035.713	493.299
Títulos e valores mobiliários	4	-	-	119.706	108.524
Contas a receber de clientes	5	298	-	261.497	194.208
Impostos e contribuições a recuperar	6.a	1.907	4.666	64.471	50.927
Outros ativos	8	1.296	1.923	68.472	64.710
Total do ativo circulante		625.352	10.077	1.453.296	911.748
Não circulante					
Títulos e Valores Mobiliários	4	-	-	29.717	42.402
Contas a receber de clientes	5	8.330	-	56.776	59.975
Partes relacionadas	7	378.792	360.355	18.115	9.478
Depósitos judiciais e caução	17	-	-	6.066	6.066
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.c	-	-	81.875	79.973
Investimentos	9	1.077.072	969.911	119.706	112.201
Imobilizado, líquido	10	-	-	1.937.105	1.552.269
Intangível	11	1.906	-	442.417	450.867
Direito de uso	12	-	-	73.022	98.549
Outros ativos	8	-	-	6.070	6.070
Total do ativo não circulante		1.466.100	1.330.266	2.770.869	2.422.450
Total do ativo		2.091.452	1.340.343	4.224.165	3.334.198

Passivo	Controladora		Consolidado		
	Nota	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	136.910	62.634	191.487	140.957
Arrendamentos	12	-	-	37.700	45.319
Fornecedores	13	3.471	419	138.488	106.723
Outorgas a pagar	14	-	-	15.056	12.502
Salários e encargos sociais	15	1.814	1.737	40.727	32.093
Impostos e contribuições a recolher	6.b	1.299	788	40.835	42.905
Parcelamento de impostos	16	387	3.991	21.136	24.544
Adiantamento a clientes	18	-	-	3.690	8.561
Contas a pagar	19	-	-	967	967
Outros passivos circulantes	8	25	12	524	3.659
Total do passivo circulante		143.906	68.981	495.380	423.093
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	423.628	438.432	1.915.243	1.726.341
Arrendamentos não circulante	12	-	-	42.207	62.382
Parcelamento de Impostos	16	9.252	8.609	29.872	41.286
Provisão para perdas em investimentos	9	-	-	158	158
Passivo com partes relacionadas	7	86.285	42.485	6.859	3.426
Provisão para contingências	17	-	-	15.876	19.091
Pis e cofins diferidos	6.e	3.680	3.680	3.680	3.680
Adiantamento a clientes	18	-	-	150.000	150.000
Outros passivos não circulantes	8	-	-	34.744	30.870
Total do passivo não circulante		522.845	493.206	2.198.639	2.037.234

Capital social	Controladora		Consolidado		
	Nota	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Reserva para investimentos	20.a	1.191.127	1.091.127	1.191.127	1.091.127
Ajuste de avaliação patrimonial	20.b	958.995	453.262	958.995	453.262
Outros resultados abrangentes	20.c	10.359	10.359	10.359	10.359
(-) Prejuízos acumulados	20.e	(747.034)	(787.846)	(747.034)	(787.846)
Total do patrimônio líquido		1.424.701	778.156	1.424.701	778.156
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.091.452	1.340.343	4.224.165	3.334.198

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação expresso em reais)

Lucro líquido (Prejuízo) do período	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Lucro líquido (Prejuízo) do período	40.812	71.433	50.542	82.609
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado do período em período subsequente, líquidos de tributos	-	6.667	-	6.667
Total de outros resultados abrangentes do período, líquidos de tributos	40.812	78.100	50.542	89.276
Atribuível aos acionistas:				
Não controladores	-	-	9.730	11.176
Controladores	-	-	40.812	78.100

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação expresso em reais)

Receitas	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Receitas	15.701	37.430	888.368	766.340
Serviços prestados	15.701	37.430	888.790	766.351
Reversão (Provisão) de para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(1.422)	(11)
Insuamos adquiridos de terceiros	(18.278)	(12.213)	(240.203)	(201.684)
Custo dos serviços prestados	(10.313)	(10.412)	(187.004)	(173.040)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(7.965)	(1.801)	(53.199)	(28.644)
Valor adicionado bruto	(2.577)	25.217	648.165	564.656
Retenções	-	-	(141.095)	(110.375)
Depreciação e amortização	-	-	(136.211)	(107.348)
Provisão para fechamento de aterro	-	-	(4.884)	(3.027)
Valor adicionado líquido produzido	(2.577)	25.217	507.070	454.281
Valor adicionado recebido em transferência	128.887	108.396	96.054	46.529
Resultado de equivalência patrimonial	110.263	106.912	6.781	12.039
Receitas financeiras	18.624	1.484	89.273	34.490
Valor adicionado total a distribuir	126.310	133.613	603.124	500.810
Distribuição do valor adicionado	126.310	133.613	603.124	500.810
Pessoal	19.853	9.593	172.414	120.065
Remuneração direta	18.574	8.169	113.559	67.302
Benefícios	(349)	-	10.006	7.870
FGTS	-	-	7.849	3.738
Outros	1.628	1.424	41.000	37.515
Impostos, taxas e contribuições	1.172	(1.264)	130.299	142.241
Federais	1.172	(1.264)	92.295	107.177
Estaduais	-	-	4.959	3.981
Municipais	-	-	33.045	31.083
Remuneração de capital de terceiros	64.473	53.851	249.869	155.895
Alugáveis	-	-	12.343	15.328
Despesas financeiras	64.473	53.851	237.526	151.367
Remuneração de capitais próprios	40.812	71.433	50.542	82.609
Prejuízo do período	40.812	71.433	40.812	71.433
Participação de não controladores	-	-	9.730	11.176

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

Receitas	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Receitas	15.701	37.430	888.368	766.340
Serviços prestados	15.701	37.430	888.790	766.351
Reversão (Provisão) de para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(1.422)	(11)
Insuamos adquiridos de terceiros	(18.278)	(12.213)	(240.203)	(201.684)
Custo dos serviços prestados	(10.313)	(10.412)	(187.004)	(173.040)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(7.965)	(1.801)	(53.199)	(28.644)
Valor adicionado bruto	(2.577)	25.217	648.165	564.656
Retenções	-	-	(141.095)	(110.375)
Depreciação e amortização	-	-	(136.211)	(107.348)
Provisão para fechamento de aterro	-	-	(4.884)	(3.027)
Valor adicionado líquido produzido	(2.577)	25.217	507.070	454.281
Valor adicionado recebido em transferência	128.887	108.396	96.054	46.529
Resultado de equivalência patrimonial	110.263	106.912	6.781	12.039
Receitas financeiras	18.624	1.484	89.273	34.490
Valor adicionado total a distribuir	126.310	133.613	603.124	500.810
Distribuição do valor adicionado	126.310	133.613	603.124	500.810
Pessoal	19.853	9.593	172.414	120.065
Remuneração direta	18.574	8.169	113.559	67.302
Benefícios	(349)	-	10.006	7.870
FGTS	-	-	7.849	3.738
Outros	1.628	1.424	41.000	37.515
Impostos, taxas e contribuições	1.172	(1.264)	130.299	142.241
Federais	1.172	(1.264)	92.295	107.177
Estaduais	-	-	4.959	3.981
Municipais	-	-	33.045	31.083
Remuneração de capital de terceiros	64.473	53.851	249.869	155.895
Alugáveis	-	-	12.343	15.328
Despesas financeiras	64.473	53.851		



Orizon Valorização de Resíduos S.A.

CNPJ: 11.421.994/0001-36



Notas explicativas às informações contábeis trimestrais individuais e consolidadas em 30 de setembro de 2025 - (Em milhares de reais)

mais cinco anos, podendo, assim, ser estendido até 2036. A CTRBM recebe diariamente entre 1.000 e 1.300 toneladas de resíduos provenientes de diversos municípios e clientes privados, com destaque para a indústria siderúrgica, que representa parcela relevante da demanda. Além da disposição final de resíduos, a unidade também realiza a captação de biogás, o qual é direcionado para uma planta de produção de metano instalada de 2 MW. Essa usina gera energia elétrica e atende integralmente o projeto de geração distribuída, contribuindo para a diversificação da matriz energética e a valorização dos resíduos tratados no local. **d) UTE Jardim Gramacho S.A. (‘‘ETR Gramacho’’:** A ETR Gramacho tem como objeto o transporte e a destinação de resíduos não-perigosos. Localizada na cidade de Duque de Caxias, no estado do Rio de Janeiro, a unidade dispõe de uma estrutura de transporte dedicada às suas operações. Atualmente, a ETR Gramacho recebe aproximadamente 50.000 toneladas mensais de resíduos provenientes do município de Duque de Caxias e de clientes privados. Todo o volume recebido é integralmente destinado à Central de Tratamento de Resíduos de Nova Iguaçu (CTRNI), onde ocorre a disposição final ambientalmente adequada. **e) Foxx Inova:** A Foxx Inova, é uma sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo (SP). A Foxx Inova tem como objetivo a participação em outras sociedades comerciais ou civis como sócia, acionista ou quotista, tanto no país como no exterior e o desenvolvimento de estudos e projetos para execução de obras e realização de serviços relativos à limpeza urbana e destinação de resíduos sólidos, além de execução de serviços de engenharia civil e ambiental. **f) Barueri Energia Renovável S.A. (‘‘Barueri Energia’’:** anteriormente denominada **Foxx URE-BA**). A Barueri Energia é uma sociedade constituída pela Foxx Inova e pela Sabesp, com sede na cidade de Barueri, no estado de São Paulo. Seu objeto social compreende o tratamento e a destinação final de resíduos sólidos urbanos sob regime de concessão, bem como a comercialização da energia gerada por meio da reciclagem energética (**waste-to-energy**), além da exploração de créditos de carbono e créditos de reciclagem. Pioneira na implantação da tecnologia de **waste-to-energy** na América Latina, a Barueri Energia destacou-se ao vencer dois leilões federais de geração de energia realizados nos anos de 2021 e 2022. O projeto contará com uma potência instalada de 20MWe e terá capacidade para processar cerca de 300 mil toneladas de resíduos sólidos urbanos por ano. Para viabilizar sua implantação, a Barueri Energia concluiu, conforme comunicado ao mercado divulgado em 7 de agosto de 2024, sua primeira emissão de debêntures no valor de R\$395 milhões, que será destinada ao financiamento do empreendimento. A previsão de início das operações comerciais da unidade é janeiro de 2027. **g) Orizon Pantanal (Antiga ‘‘Orizon Locações Ltda.’’:** A Orizon Pantanal Ltda tem sede na cidade de São Paulo (SP) e tem como objeto a participação em sociedades. Atualmente, a Orizon Pantanal é detentora de 100% (cem por cento) das quotas da CGR Ambiental Tratamento de Resíduos Ltda. e de 100% (cem por cento) das quotas do Centro de Gerenciamento de Resíduos Cuiabá Limitada, que tem por objeto o tratamento e destinação final de resíduos em aterro sanitário localizado na Região Metropolitana de Cuiabá. **h) Foxx URE-JP:** A Foxx URE-JP é a concessionária responsável pela prestação de serviços de tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos não-perigosos no município de João Pessoa, recebendo diariamente cerca de 2.000 toneladas de resíduos oriundos de diversos municípios da região. A unidade também atua na geração de energia a partir do biogás, por meio de consórcio firmado com a ASJA, cuja planta de geração foi recentemente adquirida pela BioE, conforme divulgado em fato relevante publicado em 23 de setembro de 2024. Adicionalmente, a Foxx URE-JP celebrou Termo Aditivo ao Contrato de Concessão com a Autarquia Especial Municipal de João Pessoa, prorrogando o prazo de vigência contratual por mais 20 anos, estendendo sua validade até 29 de maio de 2043. **i) UTM Jabotão dos Guararapes LTDA (‘‘UTM Jabotão’’): Unidade de triagem mecanizada em Pernambuco:** Em 06 de maio de 2021, a Companhia celebrou contrato para a implantação de uma unidade de triagem mecanizada instalada no ecoparque de Jaboatão dos Guararapes, no estado de Pernambuco. O empreendimento entrou em operação no 3º trimestre de 2022 e tem capacidade de recebimento de 500.000 toneladas anuais de resíduos. **j) Centro de Gerenciamento de Resíduos Ltda (‘‘CGR Cuiabá’’ e ‘‘CGR Ambiental Tratamento de Resíduos Ltda (‘‘CGR Ambiental’’):** Em 09 de fevereiro de 2022, a Companhia adquiriu através de sua controlada indireta Orizon Pantanal (antiga Orizon Locações), a totalidade da participação societária nas empresas CGR Ambiental Tratamento de Resíduos Ltda. e Centro de Gerenciamento de Resíduos Cuiabá Limitada, localizadas em Cuiabá, no estado de Mato Grosso. As empresas adquiridas têm como atividade principal a destinação de resíduos sólidos em aterro sanitário. **k) SPEs UPIs/Estre (‘‘UPIs Estre’’):** Em 19 de abril de 2022, a Companhia concluiu através de sua controlada Orizon Meio Ambiente, a aquisição da UPI Aterro das Estre Ambiental S.A. - Em Recuperação Judicial (‘‘Ativos’’), formada por 07 ativos (sendo 06 aterros sanitários e 01 planta de beneficiamento de resíduos), suas sejam: SPE Paulínia Ambiental S.A., SPE Tremembé Ambiental S.A., SPE Itaipava Ambiental S.A., SPE Itaboraí Ambiental S.A., Rosário do Catete Ambiental S.A., SPE CTR Metropolitana Participações S.A. e SPE Sorocaba Ambiental S.A.. Tal aquisição foi realizada no âmbito do Processo de Recuperação Judicial do Grupo Estre, e, ato imediatamente contínuo, perante fundos geridos pela Jive Asset Gestão de Recursos Ltda. Estre. Em 16 de dezembro de 2022, a Companhia concluiu a aquisição da SPE Mecol, aterro sanitário localizado no estado de Alagoas, passando a deter 08 ativos anteriormente de propriedade do Grupo Estre. **incorporação:** Em 30 de abril de 2025, a Orizon Itapevi Ambiental (‘‘Orizon Itapevi’’) foi incorporada pela sua controlada direta Orizon Meio Ambiente. O acordo de incorporação foi no montante de R\$25.723, tendo sido contabilizado contra a rubrica de investimentos na Orizon Meio Ambiente, com objetivo de neutralizar o investimento contabilizado até a data da incorporação. Abaixo, resumo das informações contábeis intermediárias da Orizon Itapevi na data de incorporação:

Ativo Circulante	Passivo e Patrimônio Líquido Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	373	Arrendamentos
Clientes	3.060	Fornecedores
Impostos a Recuperar	104	Salários e encargos sociais
Outras Contas a receber	1.078	Impostos e contribuições a recolher
		Parcelamento de impostos
		Adiantamentos de clientes
Total do Circulante	4.615	Total do Circulante
		Não Circulante
Partes relacionadas	4.442	Parcelamento de impostos
Imobilizado, Líquido	27.114	Outros passivos
Intangível	2	Total do não Circulante
Direito de uso	114	Patrimônio Líquido
Total do não Circulante	31.672	Capital Social Integralizado
		Reservas de capital
		Resultado do período
		Total do patrimônio líquido
Total do ativo	36.287	Total do passivo e patrimônio líquido

1) CTR Porto Velho (‘‘CTR PV’’): Em 17 de janeiro de 2023, a Companhia adquiriu através da controlada Orizon Meio Ambiente, 51% da participação societária na empresa CTR Porto Velho S.A. (‘‘CTR PV’’) junto à Ecofort Engenharia (‘‘Ecofort’’), pelo montante de R\$10.000. A unidade está localizada no município de Porto Velho, no estado de Rondônia. A transação realiza a estratégia de crescimento da Companhia quanto à ampliação de suas atividades em projetos que agregam valor para a empresa, meio ambiente e população com a expectativa de, ao longo da vida da CTR PV, implantar a exploração de biogás, créditos de carbono, energia elétrica e/ou biometano, recuperação de recicláveis, dentre outras atividades. No último trimestre de 2023, a CTR PV passou a receber resíduos do município de Porto Velho, maior município da região. **m) Oeste Ambiental (‘‘Oeste Ambiental’’):** Em 09 de agosto de 2024, foi realizada, pela OMA, a aquisição de 51% (cinquenta e um por cento) da Oeste Ambiental Ltda. (‘‘Oeste Ambiental’’), empresa proprietária do aterro sanitário localizado no município de Rodolfo Fernandes, estado do Rio Grande do Norte (‘‘Aterro Sanitário RN’’). O Aterro Sanitário RN está em fase inicial de operação e é a única solução de destinação final adequada de resíduos da região, com geração potencial de 600¹⁰ toneladas diárias de resíduos sólidos urbanos e que possui vida útil estimada de mais de vinte anos. Pela aquisição, a OMA desmembou, o montante total de até R\$7.850, já considerando o cumprimento de métricas de entrega pelo vendedor conforme definido nos documentos da transação. Essa aquisição fortalece o posicionamento da Companhia, com presença agora em 12 estados brasileiros, com sinergias geográficas com os demais projetos da OrizonVR no Nordeste, e ratifica sua estratégia de crescimento quanto à ampliação de volume de resíduos sob sua gestão, permitindo ainda a implantação de atividades de valorização, tais como a exploração de biogás, créditos de carbono, energia elétrica, biometano, recuperação de recicláveis, dentre outros. Adicionalmente a aquisição do Aterro Sanitário RN, a Companhia firmou, na mesma data, opção de compra de 51% (cinquenta e um por cento) de terreno localizado na região Nordeste, em fase inicial de licenciamento de um aterro sanitário com potencial de 800 a 1.200¹¹ toneladas diárias de resíduos, o que, no futuro, poderá ser mais um projeto da Companhia. ¹¹ Informação não auditada pelos auditores independentes da Companhia. **Período de Mensuração do Purchase Price Allocation (PPA):** A Companhia apurou os valores da combinação de negócio de acordo com o CPC 15 (R1) - ‘‘Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - ‘‘Business Combination’’, que determina a contabilização inicial da combinação de negócios ao término do período de reporte em que a combinação ocorreu, em suas demonstrações financeiras. Durante o período de mensuração, a Companhia poderá ajustar retrospectivamente os valores provisórios reconhecidos na data da aquisição para refletir qualquer nova informação obtida relativa aos fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria afetado a mensuração dos valores reconhecidos. Os valores justos descritos na aquisição da Oeste Ambiental foram alocados conforme previsto pelo CPC15/IFRS3 - Combinação de Negócios, que permite a Companhia finalizar a análise dos ativos adquiridos e passivos assumidos em até 12 meses a partir da data de aquisição. Durante o período de mensuração, a Companhia poderá ajustar retrospectivamente os valores provisórios reconhecidos na data da aquisição para refletir qualquer nova informação obtida relativa aos fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria afetado a mensuração dos valores reconhecidos. Durante o período de mensuração, a Companhia deverá reconhecer adicionalmente ativos ou passivos, quando nova informação for obtida acerca de fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria resultado no reconhecimento desses ativos e passivos. As informações referentes aos saldos de acordo com o PPA final estão detalhadas nos quadros abaixo:

Valor justo na data de aquisição	2.285
Preço de aquisição - Contraprestação	7.523
Total Mais Valia - Imobilizado/ Licença	5.239
n) Ecoarque Juazeiro do Norte (‘‘Ecoarque Juazeiro’’: Em 13 de agosto de 2024, a Companhia divulgou que as condições pré-definidas para conclusão da transação foram cumpridas e, por meio da Orizon Holding Ceará Ltda. (‘‘Orizon Ceará’’), subsidiária integral da Orizon Meio Ambiente, foi concluída a aquisição do controle do Ecoarque Juazeiro do Norte S.A. (‘‘Ecoarque Juazeiro’’ e ‘‘Transação’’, respectivamente). Em um primeiro momento, a Orizon Ceará detinha 60% do Ecoarque Juazeiro, sendo que, em razão do cumprimento de métricas de earn-out pelo vendedor, tal percentual foi reduzido para 51% pois a Vendedora cumpriu as obrigações previstas nesta Cláusula 2.2. do 2º aditivo SPA. O desdobramento em complemento de preço no montante de R\$92 foi pago a revert em 31 de janeiro de 2025. A transação incluiu ainda uma opção de compra da participação restante em condições pré-definidas. Período de Mensuração do Purchase Price Allocation (PPA): A Companhia apurou os valores da combinação de negócio de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - ‘‘Business Combination’’, que determina a contabilização inicial da combinação de negócios ao término do período de reporte em que a combinação ocorreu, em suas demonstrações financeiras. Durante o período de mensuração, a Companhia poderá ajustar retrospectivamente os valores provisórios reconhecidos na data da aquisição para refletir qualquer nova informação obtida relativa aos fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria afetado a mensuração dos valores reconhecidos. Durante o período de mensuração, a Companhia deverá reconhecer adicionalmente ativos ou passivos, quando nova informação for obtida acerca de fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria resultado no reconhecimento desses ativos e passivos. As informações referentes aos saldos de acordo com o PPA final estão detalhadas nos quadros abaixo:	

Valor justo na data de aquisição	1.165
Preço de aquisição Contraprestação	16.374
Total Mais Valia - Imobilizado Licença	15.209
o) UTE Orizon Pernambuco Ltda (‘‘UTE Pernambuco’’ e UTE Orizon Paraíba Ltda (‘‘UTE Paraíba’’, anteriormente denominadas ASJA Pernambuco Serviços Ambientais (‘‘ASJA Pernambuco’’ e ASJA Paraíba Serviços Ambientais (‘‘ASJA Paraíba’’): Em 23 de setembro de 2024, a Companhia através da BioE, concluiu a aquisição de 100% (cem por cento) das quotas da ASJA Paraíba Serviços Ambientais Ltda (‘‘ASJA Paraíba’’) e da ASJA Pernambuco Serviços Ambientais Ltda (‘‘ASJA Pernambuco’’), empresas que atualmente são detentoras de 02 (duas) Usinas Termelétricas (‘‘UTES’’ com capacidade instalada de 5,7MW e 25,5MW, respectivamente. Utilizando como combustível o biogás gerado nos Ecoparques João Pessoa e Jaboatão dos Guararapes. A aquisição das ‘‘UTES’’ consolidou o acesso, pela Companhia, ao biogás produzido nos aterros sanitários desses dois ativos e permite o desenvolvimento dos projetos de biometano. No âmbito da Transação, os Ecoparques cederam de forma não-onerosa as opções de compra à BioE para que esta realizasse a compra das térmicas. A aquisição das térmicas envolveu o montante da ordem de R\$156.600 (<i>enterprise value</i> , o que inclui dívidas e capital de giro), sendo R\$32.400 atribuídos à ASJA Paraíba e R\$124.200 à ASJA Pernambuco. A Companhia, de um lado, dará sequência no desenvolvimento de seus projetos de biometano em João Pessoa e Jaboatão dos Guararapes, sendo proprietária de 100% dessas unidades. Por outro lado, até a entrada em operação das plantas de biometano, retribuirá o biogás dos respectivos Ecoparques gerando energia elétrica 100% renovável (f100) e, posteriormente, poderá gerar energia elétrica a partir do biogás excedente ou do Gás Natural. Para 2024 e 2025, a OrizonVR já comercializou a energia elétrica dos empreendimentos no mercado livre. Período de Mensuração do Purchase Price Allocation (PPA): A Companhia apurou os valores da combinação de negócio de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - ‘‘Business Combination’’, que determina a contabilização inicial da combinação de negócios ao término do período de reporte em que a combinação ocorreu, em suas demonstrações financeiras. Durante o período de mensuração, a Companhia poderá ajustar retrospectivamente os valores provisórios reconhecidos na data da aquisição para refletir qualquer nova informação obtida relativa aos fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria afetado a mensuração dos valores reconhecidos. Durante o período de mensuração, a Companhia poderá ajustar retrospectivamente os valores provisórios reconhecidos na data da aquisição para refletir qualquer nova informação obtida relativa aos fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria afetado a mensuração dos valores reconhecidos. Durante o período de mensuração, também deve reconhecer adicionalmente ativos ou passivos, quando nova informação for obtida acerca de fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria resultado no reconhecimento desses ativos e passivos. O período de mensuração termina quando o adquirente obtiver as informações que buscava sobre fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, o que pode ocorrer em qualquer momento, não podendo ser obtidas. Contudo, o período de mensuração não pode exceder um ano da data da aquisição. As informações referentes aos saldos de acordo com o PPA final estão detalhadas nos quadros abaixo:	

Valor justo na data de aquisição	102.381	30.653
Preço de aquisição - Contraprestação	124.080	32.461
Total Mais Valia - Imobilizado	21.699	1.808
p) SPE Central de Processamento de Resíduos Sólidos Urbano de Duque de Caxias (‘‘SPE Duque de Caxias’’): A SPE Duque de Caxias foi constituída em julho de 2025, porém até a presente data não iniciou suas atividades operacionais. Controladas em conjunto e coligadas: a) UTE Paulínia Verde Participações S.A. (‘‘UTE Paulínia’’: A UTE Paulínia foi criada, em conjunto com a Gera Energia do Brasil S.A. e a Mercúrio Holding S.A., visando a exploração de usina termelétrica de ciclo aberto de gás natural renovável gerado no aterro localizado no município de Paulínia, estado de São Paulo. A constituição da UTE Paulínia não gerou efeitos no resultado ou ágio. No final de abril de 2022, a UTE Paulínia passou a ser a titular do contrato firmado pela Mercúrio com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (‘‘CCEE’’ para a venda de 15,7 MW médios, mediante condições contratuais previamente estabelecidas. Em 29 de junho de 2022, via Despacho 1735/2022, a Agência Nacional de Energia Elétrica publicou a liberação da nona unidade geradora da UTE Paulínia, a qual possibilitou o pleno atendimento dos 15,7 MW médios negociados no leilão, a partir de 30 de junho de 2022 com fomento da integralidade do volume de energia elétrica negociado no âmbito do Procedimento Competitivo Simplificado, realizado em 25 de outubro de 2021. b) SES Haztec Serviços de Resposta e Emergência Ltda. (‘‘SES Haztec’’: A SES Haztec foi constituída no ano de 2006, objetivando a participação em uma licitação específica. Contudo, após o insucesso na referida licitação, a SES Haztec manteve-se sem qualquer atividade operacional. c) Varimtec Orizon Soluções Ambientais Ltda. (‘‘Varimtec Orizon’’: A Varimtec Orizon foi constituída em 25 de outubro de 2017, resultado de associação entre a Orizon Meio Ambiente e a Varimtec Rio Insumos Siderúrgicos Ltda. e tem como objeto o beneficiamento de resíduos finos siderúrgicos para retorno ao processo produtivo. A Varimtec Orizon iniciou suas operações em dezembro de 2019. A Varimtec Orizon tem como único cliente a Companhia Siderúrgica Nacional, operando com a capacidade total disponível. d) CTR Santa Luzia (‘‘CTR SL’’: Em 10 de abril de 2023, a Companhia celebrou, instrumento contratual vinculante através de sua controlada Orizon Meio Ambiente S.A., para aquisição de participação societária da CTR SL, localizada no Município de Santa Luzia, Estado de Minas Gerais, pelo valor de R\$25.000, sendo parte através de capitalização de valores anteriormente transferidos para a CTR SL e o restante através de futuros aumentos de capital. Com o fechamento da transação e cumprimento das obrigações assumidas pela Suma Brasil Serviços Urbano e Meio Ambiente S.A. (‘‘SUMA’’), o capital social da CTR SL foi distribuído da seguinte forma: 50% (cinquenta por cento) para OMA e 50% (cinquenta por cento) para SUMA, de onde a OMA controlada pela portuguesa Nota Enfil SGP S.A. A CTR SL é proprietária de um aterro sanitário localizado na Região Metropolitana de Belo Horizonte, cujo início da operação ocorreu no 1º trimestre de 2023, com volume esperado de recebimento de até 1.500 toneladas diárias de resíduos. e) Biometano Verde Paulínia: Sociedade para produção de biometano em Paulínia: Em 14 de agosto de 2023, a Companhia e sua subsidiária integral Orizon Meio Ambiente S.A. (‘‘OMA’’) divulgaram fato relevante acerca da formação de uma sociedade para a produção de biometano no Ecoparque de Paulínia em conjunto com a Edge Comercialização S.A. (‘‘Edge’’), companhia controlada pela Compass Gás e Energia S.A.. Formação de investida para produção de biometano em Paulínia: No contexto da transação, a Edge investirá até R\$355.000, sendo R\$235.000 no estágio inicial da parceria (já desembolsados), dos quais R\$100.000 aportados no Biometano Verde Paulínia S.A. e R\$135.000 em secundária para o Grupo Orizon. O montante adicional de até R\$120.000 está condicionado à entrega de um maior volume de biogás. A OMA por sua vez, por um período de 20 anos, se compromete a ceder espaço no aterro sanitário de Paulínia para construção e operação da planta e a suprir o biogás para a produção do biometano (Vide Nota 25). Em 20 de outubro de 2023, com o implemento das condições contratuais precedentes, a transação foi concluída, ficando a Edge com 51% de participação no Biometano Verde Paulínia S.A. e o Grupo Orizon, por meio de sua controlada direta OMA com 49%. O investimento do projeto em sua primeira etapa é estimado em até R\$450.000, o início da operação da planta de Biometano de Paulínia está previsto para o final do ano de 2025.		

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade: As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 21 - Demonstração Intermidiária, e com a norma internacional IAS 34 - ‘‘Interim Financial Reporting’’, emitida pelo ‘‘International Accounting Standards Board - IASB’’ (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como ‘‘normas contábeis IFRS’’). A apresentação destas informações foi elaborada de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração do Formulário de Informações Intermidiárias - ITR. As demonstrações dos valores adicionados estão sendo apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS. As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e respectivas notas explicativas não incluem todas as informações e divulgações requeridas para informações financeiras anuais. Portanto, essas demonstrações devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas anuais de 31 de dezembro de 2024. A Administração da Companhia autorizou a emissão das informações financeiras contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 13 de novembro de 2025. Conforme Orientação Técnica OPCP 07, a Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em 15 de maio de 2025 na sua gestão. **2.2. Base de elaboração:** As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos mensurados pelo valor justo, quando indicados. As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando o contrário estiver disposto em nota explicativa. As informações contábeis intermediárias são preparadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.3. Base de consolidação:** As informações contábeis intermediárias consolidadas compreendem as informações contábeis intermediárias do Grupo em 30 de setembro de 2025. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Portanto, essas demonstrações devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas anuais de 31 de dezembro de 2024. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é dado baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado de informações intermediárias - ITR. As demonstrações dos valores adicionados estão sendo apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS. As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e respectivas notas explicativas não incluem todas as informações e divulgações requeridas para informações financeiras anuais. Portanto, essas demonstrações devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas anuais de 31 de dezembro de 2024. A Administração da Companhia autorizou a emissão das informações financeiras contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 13 de novembro de 2025. Conforme Orientação Técnica OPCP 07, a Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em 15 de maio de 2025 na sua gestão. **2.2. Base de elaboração:** As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos mensurados pelo valor justo, quando indicados. As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando o contrário estiver disposto em nota explicativa. As informações contábeis intermediárias são preparadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.3. Base de consolidação:** As informações contábeis intermediárias consolidadas compreendem as informações contábeis intermediárias do Grupo em 30 de setembro de 2025. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Portanto, essas demonstrações devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas anuais de 31 de dezembro de 2024. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é dado baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado de informações intermediárias - ITR. As demonstrações dos valores adicionados estão sendo apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS. As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e respectivas notas explicativas não incluem todas as informações e divulgações requeridas para informações financeiras anuais. Portanto, essas demonstrações devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas anuais de 31 de dezembro de 2024. A Administração da Companhia autorizou a emissão das informações financeiras contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 13 de novembro de 2025. Conforme Orientação Técnica OPCP 07, a Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em 15 de maio de 2025 na sua gestão. **2.2. Base de elaboração:** As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos mensurados pelo valor justo, quando indicados. As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando o contrário estiver disposto em nota explicativa. As informações contábeis intermediárias são preparadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.3. Base de consolidação:** As informações contábeis intermediárias consolidadas compreendem as informações contábeis intermediárias do Grupo em 30 de setembro de 2025. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Portanto, essas demonstrações devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas anuais de 31 de dezembro de 2024. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é dado baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado de informações intermediárias - ITR. As demonstrações dos valores adicionados estão sendo apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS. As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e respectivas notas explicativas não incluem todas as informações e divulgações requeridas para informações financeiras anuais. Portanto, essas demonstrações devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas anuais de 31 de dezembro de 2024. A Administração da Companhia autorizou a emissão das informações financeiras contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 13 de novembro de 2025. Conforme Orientação Técnica OPCP 07, a Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em 15 de maio de 2025 na sua gestão. **2.2. Base de elaboração:** As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos mensurados pelo valor justo, quando indicados. As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando o contrário estiver disposto em nota explicativa. As informações contábeis intermediárias são preparadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.3. Base de consolidação:** As informações contábeis intermediárias consolidadas compreendem as informações contábeis intermediárias do Grupo em 30 de setembro de 2025. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Portanto, essas demonstrações devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas anuais de 31 de dezembro de 2024. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é dado baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado de informações intermediárias - ITR. As demonstrações dos valores adicionados estão sendo apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS. As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e respectivas notas explicativas não incluem todas as informações e divulgações requeridas para informações financeiras anuais. Portanto, essas demonstrações devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas anuais de 31 de dezembro de 2024. A Administração da Companhia autorizou a emissão das informações financeiras contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 13 de novembro de 2025. Conforme Orientação Técnica OPCP 07, a Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em 15 de maio de 2025 na sua gestão. **2.2. Base de elaboração:** As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos mensurados pelo valor justo, quando indicados. As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando o contrário estiver disposto em nota explicativa. As informações contábeis intermediárias são preparadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.3. Base de consolidação:** As informações contábeis intermediárias consolidadas compreendem as informações contábeis intermediárias do Grupo em 30 de setembro de 2025. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Portanto, essas demonstrações devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas anuais de 31 de dezembro de 2024. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é dado baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado de informações intermediárias - ITR. As demonstrações dos valores adicionados estão sendo apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS. As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e respectivas notas explicativas não incluem todas as informações e divulgações requeridas para informações financeiras anuais. Portanto, essas demonstrações devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas anuais de 31 de dezembro de 2024. A Administração da Companhia autorizou a emissão das informações financeiras contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 13 de novembro de 2025. Conforme Orientação Técnica OPCP 07, a Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em 15 de maio de 2025 na sua gestão. **2.2. Base de elaboração:** As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos mensurados pelo valor justo, quando indicados. As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando o contrário estiver disposto em nota explicativa. As informações contábeis intermediárias são preparadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.3. Base de consolidação:** As informações contábeis intermediárias consolidadas compreendem as informações contábeis intermediárias do Grupo em 30 de setembro de 2025. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Portanto, essas demonstrações devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas anuais de 31 de dezembro de 2024. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é dado baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado de informações intermediárias - ITR. As demonstrações dos valores adicionados estão sendo apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS. As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e respectivas notas explicativas não incluem todas as informações e divulgações requeridas para informações financeiras anuais. Portanto, essas demonstrações devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas anuais de 31 de dezembro de 2024. A Administração da Companhia autorizou a emissão das informações financeiras contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 13 de novembro de 2025. Conforme Orientação Técnica OPCP 07, a Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em 15 de maio de 2025 na sua gestão. **2.2. Base de elaboração:** As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos mensurados pelo valor justo, quando indicados. As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando o contrário estiver disposto em nota explicativa. As informações contábeis intermediárias são preparadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.3. Base de consolidação:** As informações contábeis intermediárias consolidadas compreendem as informações contábeis intermediárias do Grupo em 30 de setembro de 2025. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Portanto, essas demonstrações devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas anuais de 31 de dezembro de 2024. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é dado baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado de informações intermediárias - ITR. As demonstrações dos valores adicionados estão sendo apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS. As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e respectivas notas explicativas não incluem todas as informações e divulgações requeridas para informações financeiras anuais. Portanto, essas demonstrações devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas anuais de 31 de dezembro de 2024. A Administração da Companhia autorizou a emissão das informações financeiras contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 13 de novembro de 2025. Conforme Orientação Técnica OPCP 07, a Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em 15 de maio de 2025 na sua gestão. **2.2. Base de elaboração:** As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos mensurados pelo valor justo, quando indicados. As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando o contrário estiver disposto em nota explicativa. As informações contábeis intermediárias são preparadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.3. Base de consolidação:** As informações contábeis intermediárias consolidadas compreendem as informações contábeis intermediárias do Grupo em 30 de setembro de 2025. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Portanto, essas demonstrações devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas anuais de 31 de dezembro de 2024. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é dado baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado de informações intermediárias - ITR. As demonstrações dos valores adicionados estão sendo apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS. As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e respectivas notas explicativas não incluem todas as informações e divulgações requeridas para informações financeiras anuais. Portanto, essas demonstrações devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas anuais de 31 de dezembro de 2024. A Administração da Companhia autorizou a emissão das informações financeiras contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 13 de novembro de 2025. Conforme Orientação Técnica OPCP 07, a Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em 15 de maio de 2025 na sua gestão. **2.2. Base de elaboração:** As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos mensurados pelo valor justo, quando indicados. As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando o contrário estiver disposto em nota explicativa. As informações contábeis intermediárias são preparadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.3. Base de consolidação:** As informações contábeis intermediárias consolidadas compreendem as informações contábeis intermediárias do Grupo em 30 de setembro de 2025. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Portanto, essas demonstrações devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas anuais de 31 de dezembro de 2024. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é dado baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado de informações intermediárias - ITR. As demonstrações dos valores adicionados estão sendo apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS. As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e respectivas notas explicativas não incluem todas as informações e divulgações requeridas para informações financeiras anuais. Portanto, essas demonstrações devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas anuais de 31 de dezembro de 2024. A Administração da Companhia autorizou a emissão das informações financeiras contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 13 de novembro de 2025. Conforme Orientação Técnica OPCP 07, a Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em 15 de maio de 2025 na sua gestão. **2.2. Base de elaboração:** As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos mensurados pelo valor justo, quando indicados. As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando o contrário estiver disposto em nota explicativa. As informações contábeis intermediárias são preparadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.3. Base de consolidação:** As informações contábeis intermediárias consolidadas compreendem as informações contábeis intermediárias do Grupo em 30 de setembro de 2025. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Portanto, essas demonstrações devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas anuais de 31 de dezembro de 2024. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é dado baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado de informações intermediárias - ITR. As demonstrações dos valores adicionados estão sendo apresentadas



Orizon Valorização de Resíduos S.A.

CNPJ: 11.421.994/0001-36



Notas explicativas às informações contábeis trimestrais individuais e consolidadas em 30 de setembro de 2025 - (Em milhares de reais)

relacionada ao mercado de carbono e seus desdobramentos contábeis, ajustando suas práticas conforme necessário para garantir conformidade às normas vigentes e à fiel representação da sua posição patrimonial e de desempenho econômico-financeiro. Os efeitos nas informações contábeis intermediárias estão descritas abaixo: • Durante a geração dos créditos que serão comercializados - Os gastos incorridos serão registrados no ativo intangível e mantidos nesta rubrica até que ocorra o registro dos créditos gerados; • Após certificação dos créditos gerados - Os gastos incorridos são reclassificados do ativo intangível para a rubrica de estoque; • Após a comercialização - Os créditos comercializados são reconhecidos na rubrica de receitas operacionais no resultado do exercício, enquanto os gastos incorridos presentes no estoque são baixados ao resultado no mesmo período. O montante capitalizado no trimestre findo em 30 de setembro de 2025 foi de R\$2.620.

6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

a) Impostos e contribuições a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) (*)	1.710	3.830	47.564	29.950
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (*)	2	-	2.214	1.995
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	-	-	2.572	3.979
Programa de Integração Social (PIS) (*)	57	147	1.324	1.508
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (*)	127	675	5.646	6.758
Impostos sobre Produtos Industrializados (IPI)	-	-	117	108
Outros impostos a recuperar	11	14	921	673
Subtotal - tributos federais	1.907	4.666	60.358	44.971
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	-	-	(461)	43
Subtotal - tributos estaduais	-	-	(461)	43
Imposto sobre Serviços (ISS) (*)	-	-	4.574	5.913
Subtotal - tributos municipais	-	-	4.574	5.913
Total	1.907	4.666	64.471	50.927

(1) Os saldos apresentados referem-se principalmente (i) aos impostos retidos na fonte pelos clientes, os quais são discriminados nas notas fiscais de prestação de serviços, e (ii) impostos retidos das aplicações financeiras e retenções de impostos municipais na prestação de serviços, os quais são discriminados nas notas fiscais. (2) O saldo apresentado refere-se à retenção de impostos municipais na prestação de serviços, os quais são discriminados nas notas fiscais.

b) Impostos e contribuições a recolher:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Impostos a recolher	3	3	937	1.018
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	-	-	433	438
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	327	1	13.374	13.033
Programa de Integração Social (PIS)	55	1	2.665	2.643
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	-	-	2.004	2.232
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	-	-	3.382	5.305
Imposto sobre Serviços - Qualquer Natureza (ISS)	-	-	6.994	7.575
Imposto sobre circulação de mercadoria e serviços (ICMS)	-	-	1.496	1.877
IOF	767	766	763	766
Outros impostos (*)	147	17	8.787	8.018
Total	1.299	788	40.835	42.905

(3) Nesta rubrica estão alocados principalmente os impostos provisionados para os serviços a faturar. **SUDENE - Incentivo fiscal obtido:** Em dezembro de 2023, a Companhia através de algumas de suas controladas, recebeu da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE"), órgão vinculado ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, aprovação do enquadramento referente ao incentivo fiscal de redução do Imposto de Renda e Adicionais em favor da filial da OMA em Jaboatão dos Guararapes-PE, UTM Jaboatão dos Guararapes Ltda., Foxx URE-JP Ambiental S.A., SPE Maceió Ambiental S.A. e Rosário do Catete Ambiental S.A. Os referidos enquadramentos permitem redução de 75% (setenta e cinco por cento) do Imposto de Renda Pessoa Jurídica pelo prazo de 10 anos, a partir do exercício social de 2023. A Companhia protocolou pedido de reconhecimento do direito à redução do IRPJ perante a receita federal do Brasil com base nos laudos emitidos pela SUDENE. c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do período: A conciliação entre o valor dos encargos tributários apurados conforme alíquotas nominais e o valor registrado no resultado consolidado da Companhia para os períodos de seis meses findos em 30 de setembro de 2025 e 2024 é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	40.812	69.287	67.690	104.395
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%	34%
Despesa de IRPJ/CSLL à alíquota fiscal vigente	(13.876)	(23.558)	(23.015)	(35.949)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva	-	-	-	-
Equivalência patrimonial	37.489	36.350	2.306	4.093
Doações	-	-	1.005	450
Multa e juros	189	112	2.557	3.817
Investidas tributadas no lucro presumido	-	-	(8.854)	-
Créditos tributários constituídos (não constituídos) e redução de passivo fiscal diferido	(23.802)	(10.758)	8.853	5.348
Total do imposto de renda e contribuição social	-	-	(17.148)	(21.786)
Alíquota efetiva (*)	0%	3%	-25%	-21%
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	-	-	(20.009)	(26.097)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	-	-	2.861	4.311

	Controladora		Consolidado	
	01/07/2025	01/07/2024	01/07/2025	31/12/2024
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	23.558	34.938	30.726	44.352
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%	34%
Despesa de IRPJ/CSLL à alíquota fiscal vigente	(8.010)	(11.879)	(10.447)	(15.800)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva	-	-	-	-
Equivalência patrimonial	15.156	11.515	349	1.780
Doações	-	-	941	2.282
Multa e juros	66	48	941	2.282
Investidas tributadas no lucro presumido	-	-	(3.228)	-
Créditos tributários constituídos (não constituídos) e redução de passivo fiscal diferido	(7.212)	(10.758)	8.853	5.348
Total do imposto de renda e contribuição social	-	-	(17.148)	(21.786)
Alíquota efetiva (*)	0%	6%	-11%	-7%
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	-	-	(4.940)	(6.419)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	-	-	1.456	1.423
(*) O cálculo da alíquota efetiva está diretamente impactado pelos efeitos das controladas indiretas tributadas pelo regime do lucro presumido e pelos créditos não constituídos sobre o prejuízo fiscal da Companhia.	-	-	-	-

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	30/09/2024
Ativo	-	-	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	135.628	135.628	-	-
Diferenças temporárias	-	-	-	-
Provisão de créditos para liquidação duvidosa	56.706	56.222	-	-
Provisão para contingências	5.398	5.868	-	-
Créditos tributários não constituídos por alcançar o limite de recuperabilidade	(66.215)	(66.652)	-	-
Total	131.517	131.066	-	-

Passivo
Diferenças temporárias
Aprovelamento do ativo gerado nas aquisições incorridas entre 2006 e 2009 (21.417) (21.417)
Ajuste a valor presente (28.225) (29.676)
(49.642) (51.093)

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos): Para cálculo da expectativa de compensação de impostos com prejuízos fiscais e base negativa, foram adotadas premissas baseadas no plano de negócios da Companhia e na projeção de lucro tributável dos próximos anos, levando-se em consideração a realização de reestruturações societárias realizadas e esperadas para a Orizon Meio Ambiente, realização de valor justo da operação de debêntures entre Orizon Valorização de Resíduos e sua controlada Orizon Meio Ambiente, com realização dos efeitos de valor justo apurados na origem da transação, além de melhoria na performance operacional com consequente aumento de base tributável. Visando a melhor eficiência operacional e administrativa, a Companhia tem interesse de incorporar as empresas recém-adquiridas na Orizon Meio Ambiente, por isso não constituíu passivo fiscal diferido sobre os valores justos alocados. Em 28 de fevereiro de 2023 e 30 de abril de 2025, a Orizon Meio Ambiente incorporou suas controladas SPE Paulínia e Orizon Itapevi Ambiental, respectivamente. Além disto, a Companhia segue avaliando incorporações de ativos recém adquiridos. A Administração considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, consequentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, estão aderentes ao plano de negócios da Companhia. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com o CPC 32/IAS 12, a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2026	2027	2026	2027
2026	20.022	23.133	20.022	23.133
2027	28.545	30.697	28.545	30.697
2030	31.120	31.120	31.120	31.120
Total	131.517	131.517	131.517	131.517

Os prejuízos fiscais e as bases negativas do imposto de renda e da contribuição social não possuem prazo de prescrição para fins de compensação. Contudo, sua compensação está limitada a 30% do lucro tributável do exercício em que houver a compensação. O passivo fiscal diferido registrado pela controlada Orizon Meio Ambiente se refere ao efeito de 34% sobre a dedutibilidade fiscal das parcelas de amortização fiscal dos ágios, cuja amortização cessou contabilmente a partir do exercício de 2009. Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos e são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Ativo	131.517	(49.642)	81.875	131.066
Diferido	26.905	(26.905)	-	-
Orizon Meio Ambiente (*)	131.517	(49.642)	81.875	131.066
Orizon	26.905	(26.905)	-	-
Total	158.422	(76.547)	81.875	131.066

(*) Em 30 de setembro de 2025, a Companhia possui passivo fiscal diferido constituído sobre ajuste a valor justo da operação da 5ª emissão de debêntures, na controladora e sobre ajustes a valor presente do empréstimo junto ao Banco Bradesco e dívida pela aquisição da Estre, no consolidado. Adicionalmente, a Orizon Valorização de Resíduos possuía em 30 de setembro de 2025, créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de imposto de renda e contribuição social no montante total de R\$274.633 (R\$256.620 em 31 de dezembro de 2024). Este montante não está registrado nas demonstrações financeiras pela ausência da expectativa de realização em prazo estimável.

e) **PIS e COFINS diferidos:** Em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 a Companhia possui registrado PIS (0,65%) e COFINS (4%) diferidos sobre o efeito reconhecido no resultado originado pela operação com o FIDC NP.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Instrumento financeiro mensurado a valor justo	79.133	79.133	-	-
PIS e COFINS diferidos passivos (0,65% e 4%)	3.680	3.680	-	-

7. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
Os detalhes das transações entre a Companhia e suas partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Partes relacionadas - Ativo	-	-	-	-
Orizon Meio Ambiente (1)	270.502	184.064	-	-
Foxx Holding (1)	105.493	109.519	-	-
CTR Nova Iguaçu (1)	1.829	1.828	-	-
Orizon Energia e Gás Renovável	-	63.923	-	-
CGR Cuiabá	125	125	-	-
Orizon Economia Circular	565	558	-	-
Consortio Orizon Terra	-	-	2.676	1.384
Metropolitana Serviços Ambientais	278	278	2.983	2.097
LS Participações (2)	-	-	6.820	4.103
Construtora Coveg Ltda.	-	60	-	60
Ecofort Amazon	-	-	5.407	2.099
Gera	-	-	153	153
Revert Soluções Ambientais	-	-	-	470
Consortio Paraíba ASJA FOXX	-	-	77	-
Consortio Pernambuco ASJA OMA	-	-	-	12
Total	378.792	360.355	18.115	9.478
Não circulante	378.792	360.355	18.115	9.478

(1) Os saldos referem-se a transações de conta corrente para manutenção do capital de giro.
(2) Os saldos referem-se a transações de conta corrente com acionista não controlador da Foxx URE-JP e a LS Participações.

Na Orizon Meio Ambiente, o saldo se originou principalmente na aquisição da SPE Maceió, uma vez que, no âmbito dessa transação e conclusão da aquisição da UPI Aterros, a Controladora entregou 4.636.353 ações para a Jivo, perfazendo o montante de R\$184.064, o que gerou um saldo a receber da sua controlada Orizon Meio Ambiente. Adicionalmente, nos primeiros semestres de 2023 e 2025,

a controladora OVRR realizou aportes para a OMA, principalmente de recursos captados nas ofertas de novas ações, ambos em processos de follow on. Estes recursos destinam-se principalmente para manutenção de capital de giro e avanço nos investimentos em andamento. Em 30 de setembro a Companhia apresentava o montante líquido de R\$270.502 dos recursos aportados.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Partes relacionadas - Passivo	-	-	-	-
Orizon Meio Ambiente (1)	-	4.069	-	-
CTRBM (1)	18.113	18.113	-	-
CTR Alcântara (1)	8.632	8.633	-	-
Barueri Energia (1)	-	-	-	-
Foxx Inova (1)	11.670	11.670	-	-
FOXX URE-JP	3.266	-	-	-
Orizon Energia E Gás Renovável (1)	44.604	-	-	-
H.S.Beserra Construções e Serviços	-	-	102	102
Consortio Pernambuco ASJA OMA	-	-	513	-
Consortio Paraíba ASJA FOXX	-	-	88	1
VAMTEC HAZTEC	-	-	334	-
UTE Paulínia	-	-	5.822	3.323
Total	86.285	42.485	6.859	3.426
Não circulante	86.285	42.485	6.859	3.426

(1) Os saldos referem-se a transações de conta corrente para manutenção do capital de giro.
Transações de Conta-Corrente: Os saldos com partes relacionadas referem-se, substancialmente, a contas correntes sem incidência de juros, prazo de vencimento indeterminado e sem garantias. A liquidação dos saldos gera efeito nos saldos de bancos e nas contas patrimoniais de partes relacionadas, não havendo impacto no resultado. Afim de evitar a imprevisibilidade de entradas de recursos frente às obrigações, o grupo econômico passou a realizar operações de "conta corrente" para que a Companhia, suas controladas e subsidiárias pudessem atingir seu objeto social e preservar os interesses das empresas, bem como honrar com suas obrigações financeiras contratadas e, logo, evitar qualquer inadimplência e/ou descumprimento de obrigações legais e contratuais que poderiam resultar em efeitos financeiros adversos para o grupo econômico da Companhia e, consequentemente, para seus acionistas. As transações identificadas como "conta corrente" não são entendidas pela Companhia como um contrato de mútuo específico sobre determinado valor recebido, no qual o mutuário assume a obrigação de restituí-lo em igual quantidade, qualidade e gênero. Tal transação, no entendimento da Companhia, ocorre em regime de conta corrente, onde a premissa é o estabelecimento de um fluxo financeiro sem condições pré-definidas, sendo realizada conforme necessidade de capital de giro. Adicionalmente, atualmente a gestão dos recursos e fluxos de caixa das empresas do grupo econômico da Companhia encontram-se sob a mesma política e gestão financeira, cabendo aos membros executivos a tomada final de decisão sobre a melhor alocação dos recursos de acordo com as necessidades supracitadas. Nestas operações não há reconhecimento de perda e/ou expectativa de perda ou quaisquer formalizações de garantias em razão do fato de que as empresas do Grupo estão sob a mesma gestão econômico-financeira. Adicionalmente, a Companhia possui debêntures a pagar para a controlada Orizon Meio Ambiente com seus respectivos efeitos no resultado do período, detalhados na Nota 12. As transações de prestação de serviços entre as empresas do Grupo, são eliminadas no consolidado do resultado, não gerando efeitos nos montantes apresentados. **Remuneração do pessoal-chave da Administração:** A Companhia considera como "pessoal-chave da Administração" somente os integrantes da sua diretoria estatutária e os membros do Conselho de Administração. Em 30 de setembro de 2025 e 2024, a remuneração do pessoal-chave da Administração foi resumida como segue:

	Consolidado	
	30/09/2025	30/09/2024
Remuneração do pessoal-chave da Administração	6.886	6.932
Outros: A Companhia não possui obrigações adicionais de pós-emprego bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da Administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixarem o montante global e anual da remuneração dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores. Formação de investida para produção de biometano em Paulínia: A Companhia concluiu a transação com a Edge para operação por um período de 20 anos em que se compromete a ceder espaço no aterro sanitário de Paulínia para a construção e operação da planta e a suprir o biogás para a produção do biometano (Vide Notas 1 e 25).	-	-

8. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Adiantamento de outorgas (1)	-	4	5.850	5.850
Adiantamentos a funcionários (2)	-	4	4.941	4.698
Adiantamentos a fornecedores (3)	486	892	14.175	17.959
Despesas antecipadas - Aquisição de novos negócios (4)	120	-	23.486	16.700
Estoques (5)	-	-	15.337	10.230
Seguros (6)	137	549	3.133	4.081
Outros (7)	553	478	7.020	11.262
Total	1.296	1.923	74.542	70.780
Circulante	1.296	1.923	68.472	64.710
Não circulante	-	-	6.070	6.070

	Orizon Meio Ambiente		Foxx		Vamtec Haztec (ii)		Ses Haztec (i)		Paulínia (iii)	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido em:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
30/09/2025	799.097	80.615								



Orizon Valoração de Resíduos S.A.

CNPJ: 11.421.994/0001-36



Notas explicativas às informações contábeis trimestrais individuais e consolidadas em 30 de setembro de 2025 - (Em milhares de reais)

CTRNI - Banco ABC Brasil (Consolidado): Em 25 de setembro de 2024, a controlada indireta CTR NI celebrou com o Banco ABC Brasil S.A. o Termo de Emissão da 3ª Série de Notas Comerciais Escriturais, no montante de R\$60.000. A dívida vence em 25 de setembro de 2026, em parcela única, com remuneração de 100% do CDI + 2,47% a.a. Os juros são pagos semestralmente, em três parcelas, a partir de 25 de março de 2025. O contrato prevê cláusula de vencimento antecipado, condicionada à manutenção de determinadas obrigações e indicadores financeiros. Em 8 de dezembro de 2022, a mesma controlada firmou com o Banco ABC Brasil uma Cédula de Crédito Bancário (CDB), no valor de R\$20.000, com vencimento final em 8 de dezembro de 2026. O principal é amortizado em oito parcelas semestrais de R\$5.000, iniciando-se em 9 de janeiro de 2023, com remuneração de 100% do CDI + 2,9183% a.a. Os juros são pagos mensalmente e o contrato também contém cláusula de vencimento antecipado sujeita ao cumprimento de condições predefinidas. As dívidas possuem covenants financeiros e não financeiros usuais a esse tipo de operação. Em 30 de setembro de 2024, a Companhia não apresentava descumprimento de obrigações contratuais. **CTRNI - Banco Safra (Consolidado):** Em 4 de junho de 2024, a controlada indireta CTR NI contratou junto ao Banco Safra S.A. operação de crédito no montante de R\$30.000 (equivalente a USD 5.718, à taxa de câmbio de R\$5,25 na data da contratação), por meio da emissão de Cédula Única de Crédito Internacional. A dívida é remunerada à taxa fixa de 8,11% a.a., em moeda estrangeira, e será amortizada em oito parcelas trimestrais de R\$3.751 (USD 715), com vencimentos entre 03 de setembro de 2024 e 26 de maio de 2026. Por se tratar de obrigação denominada em moeda estrangeira, a Companhia contratou swap de proteção cambial, resultando em taxa final equivalente a CDI + 2,3% a.a. A operação contém covenants financeiros e não financeiros usuais para esse tipo de transação. Em 30 de setembro de 2025, a Companhia não apresentava descumprimento de obrigações contratuais. **CTRNI - Banco do Brasil / Notas Comerciais Escriturais (Consolidado):** Em 29 de abril de 2024, a controlada indireta CTR NI contratou junto ao Banco do Brasil S.A. operação de crédito no montante de R\$15.000, com remuneração de CDI + 2,21% a.a., por meio de Cédula Única de Crédito. Em 24 de junho de 2024, foi contratada nova operação no valor de R\$50.000, remunerada por CDI + 2,27% a.a., com vencimento final em 30 de setembro de 2027. Essas operações foram integralmente liquidadas no terceiro trimestre de 2025, com recursos provenientes da emissão de Notas Comerciais Escriturais realizada em 30 de julho de 2025, no montante de R\$65.000. O instrumento possui prazo de 5 anos, vencendo em 15 de julho de 2030, com pagamento mensal de juros e amortização do principal a partir de agosto de 2025, e remuneração de 100% do CDI + 1,97% a.a. A captação teve como objetivo o refinanciamento das dívidas com vencimento entre 2026 e 2027 e a redução do custo de capital do grupo. A operação contém covenants financeiros e não financeiros usuais a esse tipo de transação. **CTR NI - Banco Votorantim (Consolidado):** Em 1º de abril de 2024, a controlada indireta CTRNI contratou junto ao Banco Votorantim S.A. operação no montante de R\$65.000, por meio da emissão de Notas Comerciais Escriturais - Série Única, com remuneração de 100% do CDI + 2,65% a.a. Essa dívida foi integralmente liquidada em fevereiro de 2025, no valor atualizado de R\$51.614. Em 27 de fevereiro de 2025, a CTRNI firmou nova emissão de Notas Comerciais Escriturais - Série Única, no valor de R\$80.000, com remuneração de 100% do CDI + 2,5% a.a. A amortização ocorrerá em cinco parcelas semestrais de R\$16.000, com vencimentos entre fevereiro de 2025 e fevereiro de 2028. O instrumento prevê cláusula de vencimento antecipado condicionada à manutenção de determinadas obrigações financeiras e societárias. A operação contém covenants financeiros e não financeiros usuais a esse tipo de transação. **Orizon Biometano Jaboaão - Notas Comerciais - Banco do Nordeste (Consolidado):** No quarto trimestre de 2024, a controlada Orizon Biometano Jaboaão S.A. contratou junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB") financiamento no valor total de R\$266.791, destinado à implantação do projeto de biometano de Jaboaão dos Guararapes (PE). O primeiro desembolso, no montante de R\$181.000, ocorreu em 30 de dezembro de 2024, e R\$5.754 adicionais foram liberados no primeiro semestre de 2025, totalizando R\$196.754 desembolsados até 30 de setembro de 2025. O contrato possui prazo de 15 anos, com carência de principal de 3 anos e vencimento final em 15 de dezembro de 2039. A operação é remunerada pelo IPCA + 8,8831% a.a., podendo atingir IPCA + 3,30% a.a. mediante bônus de adimplência. Os pagamentos de juros são trimestrais, com início previsto em 15 de janeiro de 2025. Como garantia, foi emitida carta de fiança bancária junto ao Banco Itaú S.A., em benefício do BNB. **Orizon Biometano Jaboaão - Notas Comerciais - Banco do Nordeste (Consolidado):** Em 30 de setembro de 2025, não havia obrigações contratuais descumpridas relacionadas a esta operação. O projeto integra o plano de expansão da Companhia no segmento de biometano, reforçando seu portfólio de ativos de energia renovável. **Orizon Meio Ambiente - Assunção de dívida - Banco Bradesco (Consolidado):** Em junho de 2020, a Orizon Meio Ambiente S.A. assumiu dívida originalmente contratada pela então acionista Synthesis junto ao Banco Bradesco S.A., no valor de R\$19.756. A operação teve como objetivo substituir a estrutura de endividamento existente, pela qual a Orizon era devedora da Synthesis e esta, do Bradesco, resultando em relação direta entre a Companhia e o banco. O contrato previa 12 parcelas mensais de R\$327, quitadas logo após a assinatura, e um saldo remanescente com vencimento final em abril de 2029, englobando principal e juros. A dívida é remunerada a 0,08% ao mês (equivalente a 1% a.a.), acrescida de 100% do CDI, com atualização mensal. A operação permanecia adimplente em 30 de setembro de 2025. **Orizon Meio Ambiente - Emissão de novas debêntures - 4ª e 6ª Emissões (Consolidado):** Em 16 de novembro de 2021, a Orizon Meio Ambiente S.A. realizou sua 4ª emissão de debêntures simples, não convertíveis em ações, com garantia adicional fiduciária, em duas séries, no montante total de R\$500.000, sendo R\$250.000 por série. Os recursos foram destinados ao estípite de maturidade atual da Companhia e ao financiamento de projetos de infraestrutura nos ecoparques de Barra Mansa, Nova Iguaçu e São Gonçalo. As debêntures possuem carência de principal até novembro de 2023, com amortizações semestrais a partir dessa data. A série remunerada a CDI + 3,80% a.a. em 15 de novembro de 2021, e a série remunerada a IPCA + 6,76% a.a. em 15 de novembro de 2035, classificadas como debêntures de infraestrutura. O instrumento da 4ª emissão prevê covenants financeiros e não financeiros, incluindo limites de alavancagem, cobertura de juros e índice de serviço da dívida, além de obrigações de reporte e manutenção de garantias. Entre as principais condições: • Dívida Líquida / EBITDA: até 4,5x, reduzindo-se gradualmente até 3,5x; • EBITDA / Despesa Financeira: mínimo de 2,0x; • Índice de Cobertura do Serviço da Dívida: mínimo de 1,25x; • Manutenção da listagem na CVM - Tipo B e entrega das demonstrações financeiras auditadas dentro dos prazos regulamentares; • Proibição de cessão de obrigações e restrições à extinção antecipada de contratos de concessão das controladas garantidoras. Em 22 de setembro de 2025, a Companhia concluiu a 6ª emissão de debêntures simples, em série única, no montante de R\$400.000. Os recursos foram utilizados para amortizar integralmente a série remunerada a CDI + 3,80% a.a. da emissão anterior e reforçar a estrutura de capital da Companhia. A quitação foi realizada no valor de R\$242.026, acrescida de prêmio por resgate antecipado de R\$5.974, e reconhecido no resultado do período o montante de R\$8.560 referente a custos diferidos da captação original. A 6ª emissão tem prazo de 10 anos, carência de principal até setembro de 2031 e amortizações semestrais entre 2026 e 2035, com remuneração de CDI + 1,45% a.a. O instrumento prevê covenants financeiros e não financeiros usuais, com obrigações menos restritivas que as emissões anteriores, refletindo o estípite de maturidade atual da Companhia e o refinanciamento de crédito consolidado. **Orizon Meio Ambiente - Emissão de novas debêntures - 5ª Emissão (Consolidado):** Em 11 de novembro de 2022, a Orizon Meio Ambiente S.A. realizou sua 5ª emissão de debêntures simples, não convertíveis em ações, com garantia real e fiduciária adicional, em série única, no montante total de R\$400.000. Os recursos foram destinados ao refinanciamento de dívidas existentes da Companhia e financiamento do plano de expansão da OMA e de suas controladas. As debêntures possuem carência de principal até dezembro de 2025, com amortizações mensais a partir de novembro de 2028 e vencimento final em novembro de 2030. A remuneração é de 100% do CDI + 2,4% a.a. A Escritura da 5ª emissão estabelece covenants financeiros e não financeiros em linha com os previstos na 4ª emissão, abrangendo limites de alavancagem, cobertura de juros e obrigações de reporte financeiro e manutenção de garantias. Em 30 de setembro de 2025, as obrigações decorrentes da 5ª emissão permanecem adimplentes. **Celebração de contrato de financiamento com a International Finance Corporation (IFC):** Em 30 de junho de 2023, a Orizon Meio Ambiente S.A. celebrou contrato de financiamento com a International Finance Corporation (IFC), instituição do Grupo Banco Mundial voltada ao apoio do setor privado. O financiamento, no montante de R\$130.000, foi desembolsado em 4 de setembro de 2023 e tem como finalidade reforçar a estrutura de capital e financiar projetos de expansão e eficiência operacional, com destaque para sistemas de triagem mecanizada e estações de tratamento de chorume. O contrato possui prazo final em 15 de abril de 2031, com carência de principal de 1 ano e pagamentos semestrais de juros e amortização a partir de 2025. A operação é regida por covenants financeiros e não financeiros usuais, incluindo limites de alavancagem (Dívida Líquida/ EBITDA até 4,5x) e cobertura de juros (EBITDA/ Despesa Financeira ≥ 2,0x), além de obrigações de reporting financeiro e manutenção de garantias. Em 30 de setembro de 2025, a operação permanecia adimplente e em conformidade com os limites contratuais. **Barueri Energia (Primeiro Projeto de Waste-to-Energy do Brasil - Debêntures):** Em 15 de junho de 2024, a Barueri Energia S.A. realizou 1ª emissão de debêntures simples, não convertíveis, com garantia real e fiduciária adicional, em série única, no montante de R\$395.000. A aprovação societária ocorreu em 2 de julho de 2024 e a oferta pública foi destinada a investidores qualificados, sob registro automático conforme Resolução CVM 160. **Condições financeiras:** • Vencimento final: 15/03/2043 (prazo de 18 anos e 9 meses a partir da emissão). • Carência: 3 anos para juros e principal. • Remuneração: IPCA + 7,7959% a.a. (base 252 dias úteis). **Destinação dos recursos:** Implantação da usina de recuperação energética (Waste-to-Energy) de Barueri, com 20 MW de potência e capacidade de tratamento de ~870 t/dia de RSU. **Características adicionais:** • Títulos incentivados (Lei 12.431/11) e enquadrados como "debêntures verdes", com segunda opinião independente alinhada aos Green Bond Principles. • Rating S&P: brAA-, perspectiva estável. • A oferta foi integralizada em 07/08/2024, totalizando R\$395.000. A emissão contempla covenants financeiros e não financeiros usuais a esse tipo de operação. Em 30/09/2025, não havia obrigações contratuais descumpridas. **5ª Emissão de Debêntures Simples - Não Convertíveis em Ações - Aditamento à 4ª Emissão:** Em 30 de janeiro de 2015, a Companhia realizou a 5ª emissão de debêntures simples, não convertíveis em ações, com garantias reais e fiduciárias adicionais, no montante total de R\$150.000, em série única, com prazo de 7 anos e remuneração de 100% da variação do CDI acrescida de spread entre 2,00% e 4,00% a.a., conforme o Índice de Dívida Líquida/EBITDA. As debêntures possuem carência de 24 meses a partir do pagamento de juros e principal, com amortizações trimestrais em 21 parcelas a partir de janeiro de 2017, e vencimento original em janeiro de 2022. Em 2021, foi obtido waiver junto aos debenturistas, com validade até novembro de 2023, suspendendo o vencimento da dívida até a reapacuação definitiva. Em 26 de dezembro de 2022, foi celebrado Term Sheet entre a Orizon Meio Ambiente (credora) e a Orizon Valoração de Resíduos (devedora), formalizando a reapacuação da 5ª emissão, com novo fluxo de pagamento entre dezembro de 2024 e dezembro de 2032, mantendo-se as condições financeiras e cláusulas restritivas originais. Ainda em dezembro de 2022, foi firmada a quitação integral da 4ª emissão de debêntures simples, no valor de R\$305.964, correspondente ao valor de face atualizado de R\$381.912, incluindo o ajuste a valor justo (AVJ) de R\$75.948. A operação gerou a reversão de AVP e impostos diferidos no valor de R\$59.060, com efeito neutro no resultado consolidado. Em 26 de dezembro de 2024, a Companhia quitou parcela de R\$64.262 da 5ª emissão, com dedução de AVJ de R\$9.869 e reconhecimento dos respectivos efeitos fiscais diferidos. **Arrendamentos (Consolidado):** A Companhia e suas controladas mantêm contratos de arrendamento mercantil firmados no curso normal das operações. Na aplicação do CPC 06 (R2) / IFRS 16, são adotados os seguintes expedientes práticos: • Utilização de taxa de desconto real única de 9,5% a.a., em linha com o custo médio ponderado de capital da Companhia; • Aplicação das isenções de reconhecimento para arrendamentos com prazo inferior a 12 meses e de baixo valor, cujos pagamentos são reconhecidos como despesa linear durante o período contratual; • Consideração de informações retrospectivas observáveis para determinação do prazo de arrendamento, incluindo opções de renovação ou rescisão contratual. **Orizon Meio Ambiente - Banco Safra (Consolidado):** Em 18 de outubro de 2022, a Orizon Meio Ambiente S.A. celebrou dois contratos de arrendamento mercantil financeiro com o Banco Safra S.A., totalizando R\$9.667. Os contratos referem-se ao arrendamento de unidades de tratamento de chorume em operação nos ecoparques, utilizando tecnologia de osmose reversa. O passivo será amortizado em 48 parcelas mensais, com vencimento entre novembro de 2022 e outubro de 2026, e remuneração de 2,86% a.a. Os contratos preveem cláusulas usuais de vencimento antecipado, vinculadas ao inadimplimento de parcelas e ao descumprimento de obrigações acessórias, como tributos e encargos contratuais. **Orizon Meio Ambiente - Societé Générale Equipment Finance S.A. (Consolidado):** Em 17 de agosto de 2023, a Orizon Meio Ambiente S.A. firmou contrato de arrendamento mercantil financeiro com a Societé Générale Equipment Finance S.A., destinado à aquisição de uma central de sucção e queima de biogás, no valor de R\$7.337. O financiamento será liquidado em 48 parcelas mensais de aproximadamente R\$135, com vencimento entre outubro de 2023 e setembro de 2028, e remuneração equivalente a CDI + 3,0% a.a. A movimentação dos arrendamentos reconhecidos conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16 para 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é apresentada a seguir (em R\$ mil):

	Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024
Saldo em 1º de janeiro de 2024	52.386	117.412
Adição de novos contratos no período - IFRS 16	(8.731)	(8.731)
Baixa de contratos no período - IFRS 16	(54.281)	(54.281)
Pagamento de principal	(4.588)	(4.588)
Juros apropriados no período	5.273	5.273
Saldo em 31 de dezembro de 2024	107.701	107.701
Adição de novos contratos no período - IFRS 16	34.665	(23.457)
Baixa de contratos no período - IFRS 16	(23.457)	(23.457)
Pagamento de principal	(39.277)	(39.277)
Pagamento de juros	(5.629)	(5.629)
Juros apropriados no período	5.904	5.904
Saldo em 30 de setembro de 2025	79.907	79.907
Circulante	37.700	42.200
Não circulante	42.207	37.707

A Companhia mantém diversos contratos de arrendamento relacionados principalmente à locação de máquinas, equipamentos, veículos, geradores e purificadores de gases, utilizados nas operações dos ecoparques. Esses contratos possuem prazos de até 10 anos e estão registrados na rubrica de Direito de Uso, conforme o IFRS 16, totalizando R\$7.907 mil em 30 de setembro de 2025 (R\$107.071 mil em 31 de dezembro de 2024). **Cronograma de pagamentos (consolidado):** Em 30 de setembro de 2025, os saldos dos arrendamentos classificados no passivo não circulante estão distribuídos por ano de vencimento como segue:

	Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024
2026	9.747	9.747
2027	3.738	3.738
2028	1.715	1.715
2030 em diante	17.250	17.250
Total	42.207	42.207

Ativo de direito de uso (Consolidado): Os ativos classificados como direito de uso são referents principalmente a contratos de locação de equipamentos e terrenos para operações nos terrenos sanitários e projetos.

13. FORNECEDORES
Esta rubrica registra os saldos em aberto junto a fornecedores de serviços, materiais e equipamentos, relacionados às operações em curso e aos investimentos em novas unidades e projetos. Em 30 de setembro de 2025, o saldo consolidado era de R\$138.488 mil (R\$106.723 mil em 31 de dezembro de 2024). O aumento reflete, principalmente, o avanço dos investimentos nas plantas de biometano e na usina WIE de Barueri. A seguir, estão demonstrados os saldos em aberto para 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Fornecedores	3.471	419	138.488	106.723

14. OUTORGAS A PAGAR (CONSOLIDADO)
Referem-se aos valores correspondentes de 2% a 10% sobre as receitas de serviços prestados pelos aterros sanitários (CTRNI, CTRA CTRBM e URE-JP) para outros clientes que não o poder concedente. **Aterro sanitário**

	Percentual da outorga	30/09/2025	31/12/2024
Orizon Meio Ambiente	10%	402	102
CTRNI	6%	4.477	2.814
CTRA	2%	4.681	4.219
CTRBM	6%	5.503	4.767
URE-JP	10%	293	600
Total	-	15.056	12.502

15. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Salários e honorários a pagar	648	649	5.414	4.871
INSS a recolher	354	350	6.517	7.590
FGTS a recolher	5	5	1.019	1.026
Provisão e encargos sobre férias	103	73	16.086	14.937
Provisão e encargos sobre 13º salário	50	-	7.979	-
IRRF sobre salários	653	660	2.730	2.823
Outros	1	-	982	846
Total	1.814	1.737	40.727	32.093

16. PARCELAMENTO DE IMPOSTOS (CONSOLIDADO)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
IRRF (2)	6.526	8.123	6.526	8.123
INSS (1)	381	486	7.065	6.254
ISS	-	-	4	20
ICMS (1)	-	-	636	856
COFINS (1)	2.346	2.906	12.388	17.338
IRPJ (1)	-	-	11.705	15.061
CSLL (1)	-	-	4.261	5.648
PIS (1)	382	473	3.199	4.291
PERT	4	12	5.243	7.542
Total	9.639	12.000	51.008	65.830
Circulante	387	3.391	21.136	24.544
Não circulante	9.252	8.609	29.872	41.286

(1) No 4º trimestre de 2020, houve homologação de parcelamento de impostos federais no montante de R\$14.222, com vencimento em até 60 parcelas da controlada direta Orizon Meio Ambiente e controladas indiretas CTRNI, CTRBM, CTRA, ERE e URE-JP. Ao longo de 2021, estas mesmas empresas aderiram a novos parcelamentos no montante aproximado de R\$14.000, nas mesmas condições dos parcelamentos firmados em 2020. Em 2022, houve adesão a novos parcelamentos em decorrência de planejamento tributário e necessidade de capital de giro, com inclusão do INSS nos montantes parcelados. (2) No primeiro trimestre de 2023, a Companhia parcelou o IRRF sobre o pagamento baseado em ações.

A partir do início dos saldos de parcelamentos possui entre vencimento até 2027, cuja remuneração ocorre pela taxa Selic. **Cronograma de pagamentos:** Em 30 de setembro de 2025, os saldos dos parcelamentos classificados no passivo não circulante estão distribuídos por ano de vencimento como segue:

	Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024
2026	4.481	8.962
2027	8.962	8.962
2028	8.962	8.962
2029 em diante	7.467	7.467
Total	29.872	29.872

17. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS
a) **Passivos contingentes classificados com probabilidade de perda provável:** Durante o curso normal de suas atividades, a Companhia está exposta a reclamações trabalhistas, fiscais e cíveis. Para cada processo ou exposição a processo, a Administração efetua uma avaliação da probabilidade de que sua decisão final possa resultar em uma perda para a Companhia e, portanto, com base nesta avaliação, foram registradas provisões para cobrir as prováveis perdas trabalhistas, fiscais e cíveis. Pela análise da Administração e seus consultores jurídicos externos, a posição das contingências prováveis e provisionadas é a seguinte:

	Consolidado		
	30/09/2025	31/12/2024	31/12/2024
Trabalhistas	3.074	6.796	6.796
Cíveis	5.365	4.912	4.912
Tributárias	7.437	7.383	7.383
Total	15.876	19.091	19.091

As movimentações das contingências estão resumidas a seguir:

	Consolidado		
	Trabalhistas	Tributárias	Cível
Saldo em 1º de janeiro de 2024	11.210	7.322	2.945
Adições/Reversões	(4.270)	166	2.597
Pagamentos	(144)	(105)	(630)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	6.796	7.383	4.912
Adições/Reversões	(3.161)	133	915
Pagamentos	(561)	(79)	(462)
Saldo em 30 de setembro de 2025	3.074	7.437	5.365

As reclamações trabalhistas estão relacionadas, substancialmente, ao pagamento de horas extras, adicional de transferência, dentre outros pleitos, frequentemente ligados a disputas sobre o montante de compensação pago sobre as demissões. Os processos cíveis provisionados, estão relacionados principalmente à controlada indireta Barueri Energia, referentes a litígios com fornecedores na implantação de projeto para a planta de waste-to-energy, cujos saldos estão substancialmente suportados por depósitos judiciais. A Companhia continua defendendo seus interesses em todos os litígios descritos anteriormente, e constitui provisão para riscos relacionados aos processos considerados como de perdas prováveis em que a Companhia é impetrada (natureza passiva) dos processos. b) **Passivos contingentes classificados com probabilidade de perda provável:** Em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os processos considerados como de probabilidade de perda provável pela Administração e por seus assessores legais externos, não provisionados nas Demonstrações financeiras são conforme quadro abaixo:

	Consolidado		
	30/09/2025	31/12/2024	31/12/2024
Natureza dos processos	30/09/2025	31/12/2024	31/12/2024
Cível	136.321	126.083	126.083
Trabalhista	27.848	18.938	18.938
Tributário	347.080	313.405	313.405
Total	511.249	458.426	458.426

1) **Cível:** • Incidente de desconformidade da personalidade jurídica com o objetivo de incluir a Companhia no polo passivo na demanda principal. • Execução de crédito, decorrente de Contrato de Representação Comercial. • Ação popular ajuizada em face da Companhia alegando irregularidades em processo licitatório. • Ação indenizatória objetivando a condenação das rés ao pagamento de indenização, referente ao suposto descumprimento do Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças. • Auto de Infração lavrado por suposto lançamento de efluentes no corpo hídrico. 2) **Trabalhista:** • Reclamação Trabalhista que versa sobre pagamento de verbas rescisórias por ex-funcionários. 3) **Tributário:** • Auto de infração lavrado para cobrança de valores a título de IRPJ, IRRF, PIS/PAISEP, COFINS, CSLL, Multa Isolada, Cide Remessas decorrentes de suposta dedução de despesas indevidas no período fiscalizado. • Auto de infração lavrado em razão de fiscalização em face da empresa, para a cobrança de valores a título de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, sob suposta utilização incorreta do percentual de presunção para apuração dos mesmos. • Autos de infração de IRPJ/CSLL, apurados com base no lucro presumido, referente ao ano calendário de 2016 e 2017. De acordo com a fiscalização, a empresa teria infringido a legislação tributária ao aplicar os percentuais de presunção sobre a receita bruta de 8% para a apuração do IRPJ e 12% para a CSLL, ao invés do percentual de 32%. • Auto de infração lavrado em razão de fiscalização em face da empresa, para a cobrança de valores a título de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, sob suposta utilização incorreta do percentual de presunção para apuração dos mesmos. c) **Depósitos Judiciais:** Os depósitos judiciais estão vinculados, principalmente, a causas trabalhistas, além de bloqueios judiciais de saldos bancários em processos cíveis e estão classificados no ativo não circulante. Em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os saldos estão apresentados no quadro abaixo:

	Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024
Depósitos Judiciais	6.066	6.066

A Barueri Energia Renovável é objeto de Ação de Execução de Título Extrajudicial, ajuizada por fornecedor, requerendo o pagamento decorrente de acordo comercial e contrato celebrado entre as partes.

18. ADIANTAMENTO DE CLIENTES (CONSOLIDADO)
Os saldos em aberto referem-se principalmente à adiantamentos recebidos de clientes para prestação de serviços de tratamento e destinação final de resíduos, cujas compensações ocorrem na medida em que os serviços são realizados e faturados. Abaixo, movimentação dos saldos de adiantamentos de clientes:

	Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024
Saldo em 1º de janeiro de 2024	3.976	3.976
Adiantamentos recebidos	167.310	167.310
Compensações	(12.725)	(12.725)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	158.561	158.561
Adiantamentos recebidos	87.488	87.488



Orizon Valorização de Resíduos S.A.

CNPJ: 11.421.994/0001-36



Notas explicativas às informações contábeis trimestrais individuais e consolidadas em 30 de setembro de 2025 - (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Despesas financeiras				
Ajuste a valor presente/ justo (*)	-	(1.825)	(5.863)	(10.187)
Varição cambial passiva	-	(49)	(6.253)	(2.305)
Juros de empréstimos e financiamentos	(63.591)	(51.083)	(198.878)	(123.301)
Multa e juros	(557)	(328)	(7.522)	(11.226)
Desconto concedido	-	-	(2.014)	(539)
Amortização de gastos na captação de recursos (**)	-	-	(8.561)	-
Custo de pré-pagamento de dívida - Prêmio (**)	-	-	(5.974)	-
Outras despesas financeiras	(325)	(566)	(2.461)	(3.809)
Total	(64.473)	(53.851)	(237.526)	(151.367)
Resultado financeiro, líquido	(47.021)	(52.426)	(157.645)	(121.713)

	Controladora		Consolidado	
	01/07/2025	01/07/2024	01/07/2025	01/07/2024
Receitas financeiras				
Ajuste a valor presente/ justo (*)	1.430	-	371	1.337
Varição cambial ativa	2	205	996	352
Rendimentos de aplicações financeiras	10.706	-	34.368	7.601
Descontos financeiros obtidos	-	-	195	2
Outras receitas financeiras	485	60	4.126	1.631
PIS e COFINS sobre receita financeira	(559)	(5)	(3.943)	(1.580)
Total	(12.064)	260	36.113	9.343

Resultado financeiro, líquido (12.729) (18.823) (53.755) (46.733)

(*) O montante alocado nesta rubrica não representa impacto de caixa, mas ajustes temporais de recursos pelos efeitos de correções monetárias. (**) Estes montantes estão relacionados aos custos e baixas financeiras incorridos no pré-pagamento de debêntures no 3º trimestre de 2025.

24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Os segmentos operacionais reportáveis do Grupo estão apresentados no quadro abaixo:

	Consolidado			
	Destinação Final	Transição Energética	Economia Circular	Total
Receita operacional líquida	604.092	121.707	60.232	786.031
Custo dos serviços prestados	(227.516)	(26.512)	(50.377)	(304.405)
Lucro bruto antes da depreciação	376.576	95.195	9.855	481.626
Custos de depreciação	-	-	-	(119.870)
Lucro bruto	-	-	-	361.756
Receitas (despesas) operacionais	-	-	-	(138.958)
Gerais e administrativas	-	-	-	(4.244)
Outras receitas, líquidas	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	-	-	-	218.554
equivalência patrimonial	-	-	-	-
Resultado financeiro	-	-	-	79.881
Receitas financeiras	-	-	-	(237.526)
Despesas financeiras	-	-	-	(157.645)
Resultado financeiro, líquido	-	-	-	6.781
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	-	-	-	67.690
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	(20.009)
Corrente	-	-	-	2.861
Diferido	-	-	-	50.542
Lucro líquido do período	-	-	-	-

Em 30 de setembro de 2025, a receita operacional líquida proveniente da destinação e tratamento de resíduos, apresentada no segmento de Destinação Final, totalizou R\$535.278 (R\$182.317 no trimestre findo em 30 de setembro de 2025). Em relação ao lucro bruto antes da depreciação, a Companhia registrou, no mesmo período, o montante de R\$318.401 (R\$107.550 no trimestre findo em 30 de setembro de 2025), com margem de 59,48%.

	Consolidado (Reapresentado)			
	Destinação Final	Transição Energética	Economia Circular	Total
Receita operacional líquida	604.092	121.707	60.232	786.031
Custo dos serviços prestados	(227.516)	(26.512)	(50.377)	(304.405)
Lucro bruto antes da depreciação	376.576	95.195	9.855	481.626
Custos de depreciação	-	-	-	(119.870)
Lucro bruto	-	-	-	361.756
Receitas (despesas) operacionais	-	-	-	(117.701)
Gerais e administrativas	-	-	-	16.340
Outras receitas, líquidas	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	-	-	-	214.069
equivalência patrimonial	-	-	-	-
Resultado financeiro	-	-	-	29.654
Receitas financeiras	-	-	-	(151.367)
Despesas financeiras	-	-	-	(121.713)
Resultado financeiro, líquido	-	-	-	12.039
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	-	-	-	104.395
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	(26.097)
Corrente	-	-	-	4.311
Diferido	-	-	-	82.609
Lucro líquido do período	-	-	-	-

25. COMPROMISSOS (CONSOLIDADO)

Barueri Energia - Entrega de energia em atendimento à leião: Em 2021, a Companhia participou e se tornou vencedora de dois leilões de geração de energia promovidos pelo governo federal. A partir de 2021, a Companhia comercializará anualmente 105.000 MWh, o equivalente a 75% de sua capacidade, a um preço atualizado de R\$613,64/MWh, totalizando cerca de R\$1,3 bilhão para o período de 20 anos, corrigido anualmente pelo IPCA. A Companhia terá uma potência instalada de 20 MW_{pe}, com capacidade de recebimento de aproximadamente 300 mil toneladas de resíduos sólidos urbanos por ano. Atualmente, a planta encontra-se ainda em fase de construção, com previsão de conclusão ao longo do exercício de 2026. **Créditos de carbono - Certificação e entrega de créditos de carbono:** A Companhia através de suas controladas indiretas, possui compromisso para entrega de créditos de carbono, conforme detalhamento na nota 5. **Fornecimento de Biogás: Investidas indiretas - CTRNI e CTRA:** A Companhia através de suas controladas indiretas, possui contratos firmados vigentes até 2034 para fornecimento de biogás extraído das operações nos coparcos de Nova Iguaçu e São Gonçalo. Os contratos estabelecem preços de R\$0,12 a R\$0,14 por Nm³ (data-base: outubro-2014), livres de impostos, que irão variar de acordo com as quantidades de gás bioquímico fornecidas, reajustados anualmente pelo IPCA/IBGE. **OMA - Biometano Verde Paulista:** A controlada OMA possui compromisso de fornecedor biogás com a Biometano Verde Paulista, planta de purificação de biogás no Coparque de Paulista com a produção diária estimada em 180.000 m³ podendo alcançar até 300.000 m³. O contrato iniciou em outubro de 2025. Além desses, há outros compromissos, conforme relacionamos abaixo: **Earn-out:** pelo biogás entre 18.500 Nm³/h e 30.000 Nm³/h a ser verificado em ano específico, limitado ao 5º ano após o início de fornecimento. As Partes comprometeram-se a expandir a capacidade da planta para esse novo volume. **Contrato de take or pay - Biogás:** Entrega da totalidade do biogás para a produção do biometano a preços de mercado por um prazo de 20 anos (com garantia de fornecimento, volumes definidos etc). **Contrato de take or pay - Biometano:** Edge compra até a totalidade do biometano produzido pela planta de Paulista a preços de mercado por um prazo de 10 anos. **Celebração de Contrato de Compra e Venda de Biometano:** Em 15 de julho de 2024, houve a celebração de contrato de compra e venda de biometano a ser gerado no Coparque de Itapevi ("Contrato Itapevi") entre a BioE e a Edge Comercialização S.A., companhia controlada pela Compass Gás e Itapevi S.A. ("Edge" e, em conjunto com a BioE, "Partes"). Nos termos do Contrato Itapevi, a BioE, disponibiliza e vende biometano à Edge pelo prazo de 10 anos com início de fornecimento previsto para o segundo semestre de 2026, com um volume médio estimado de, no mínimo, 25 mil m³ de biometano. Em relação aos aspectos comerciais, o Contrato tem preço fixo, corrigido pela inflação, e remuneração variável atrelada a métricas específicas estabelecidas nos documentos da contratação. **Parceria Estratégica para Aquisição do Biogás nas Regiões Metropolitanas de Curitiba e Ribeirão Preto:** Em 20 de setembro de 2024, a Companhia através de sua controlada BioE, firmou parceria estratégica para exploração do biogás dos aterros sanitários de Fazenda Rio Grande (localizado na região metropolitana de Curitiba/PR) e Guataparã (localizado na região metropolitana de Ribeirão Preto/SP), ambos de propriedade da Estre Ambiental - Em Recuperação Judicial ("Estre"). No contexto de tal parceria, BioE e Estre firmaram contratos de compra e venda de biogás com prazo de 20 (vinte) anos, a preços semelhantes àqueles praticados pela OrizonVR em seus contratos atualmente existentes, que permitiria uma produção diária estimada da ordem de até 170.000 m³ de biometano. O início de operação das plantas, que serão 100% de propriedade da BioE, está previsto para 2027. Os contratos preveem ainda responsabilidades entre as partes usuais a esse tipo de operação, tais como, mas não se limitando, obrigações de compra e entrega de biogás, penalidades, investimentos, adiantamentos e garantias, sob determinadas condições. **Produção de Biometano na Região de Bauri (SP):** Em 22 de outubro de 2024, a Companhia através da BioE firmou nova parceria estratégica para exploração do biogás do aterro sanitário de Piratininga, localizado na região de Bauri, estado de São Paulo, que é de propriedade da Estre. As partes firmaram contrato de compra e venda de biogás com prazo de 20 (vinte) anos, com termos e condições usuais a esse tipo de operação, a preços semelhantes àqueles praticados pela OrizonVR em seus contratos atualmente existentes, que permitiria uma produção diária estimada de biometano da ordem de 25.000 m³ e início de operação estimado

para 2027. A planta de biometano será 100% (cem por cento) de propriedade da BioE e amplia o posicionamento da OrizonVR no estado de São Paulo. **Celebração de Contrato de Compra e Venda de Biometano do Coparque de Tremembé:** Em 12 de novembro de 2024, a Companhia celebrou contrato de compra e venda de biometano que será produzido no Coparque de Tremembé ("Contrato") entre a Orizon Biometano Tremembé Ltda. ("Biometano Tremembé"), subsidiária integral da Orizon Energia e Gás Renovável Ltda., e a Neogás do Brasil Gás Natural Comprimido S.A. ("Neogás") com garantia da Companhia Ultragaz S.A.. Nos termos do Contrato, a Biometano Tremembé disponibilizará e venderá biometano comprimido à Neogás pelo prazo de 10 anos, com fornecimento previsto para o início do terceiro trimestre de 2027 e um volume médio estimado de 35 mil m³/dia de biometano. **Celebração de Contrato de Compra e Venda de Biometano - BioE:** Em 1º de junho de 2025, a Companhia celebrou dois contratos de compra e venda de biometano entre sua subsidiária Orizon Energia e Gás Renovável Ltda. ("BioE") e a Ultragaz, por meio de sua subsidiária Neogás do Brasil Gás Natural Comprimido S.A. ("Neogás"), unidade de negócios dedicada ao biometano. Os contratos preveem o fornecimento de biometano comprimido, a ser produzido a partir do biogás adquirido de aterros sanitários de terceiros localizados nas regiões metropolitanas de Curitiba e Ribeirão Preto, nos municípios de Fazenda Rio Grande e Guataparã, respectivamente, conforme divulgado no Fato Relevante de 20 de setembro de 2024. Nos termos pactuados, a BioE fornecerá à subsidiária da Ultragaz o biometano comprimido por um prazo de 10 (dez) anos, com início de fornecimento estimado para o primeiro trimestre de 2028, e volume médio diário combinado de 150 mil m³ de biometano. A formalização desses contratos marca mais um avanço estratégico no posicionamento da OrizonVR como agente relevante na produção de biometano a partir do biogás de aterros sanitários, reforçando seu compromisso com a transição energética, a descarbonização da matriz energética brasileira e o desenvolvimento de soluções sustentáveis no setor de resíduos.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) **Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos:** Como política de gestão de ativos financeiros, a Companhia busca permanentemente melhorar sua rentabilidade adequada ao risco. Para isso, são estabelecidos critérios e indicadores que mostrem a adequação dos riscos de liquidez, de mercado e de crédito. No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado, tais como: taxas de juros, liquidez, crédito, dentre outros. Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão apresentados a seguir:

	30/09/2025			
	Controladora		Consolidado	
	Valor Contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor Justo
Ativos financeiros	621.851	621.851	1.035.713	1.035.713
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	52.860	52.860
Títulos e valores mobiliários	-	-	318.273	318.273
Contas a receber de clientes	8.032	8.032	18.115	18.115
Contas a receber de partes relacionadas	378.792	378.792	6.066	6.066
Depósitos judiciais e cauções	-	-	-	-
Passivos financeiros	3.471	3.471	138.488	138.488
Fornecedores	3.471	3.471	-	-
Empréstimos e financiamentos	560.538	560.538	2.106.730	2.106.730
Arrendamentos	-	-	79.907	79.907
Contas a pagar a partes relacionadas	86.285	86.285	6.859	6.859
Outorgas a pagar	-	-	15.056	15.056
Adiantamento de clientes	-	-	153.690	153.690

	31/12/2024			
	Controladora		Consolidado	
	Valor Contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor Justo
Ativos financeiros	3.488	3.488	493.299	493.299
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	150.926	150.926
Títulos e valores mobiliários	-	-	254.263	254.263
Contas a receber de clientes	360.355	360.355	9.478	9.478
Contas a receber de partes relacionadas	360.355	360.355	6.066	6.066
Depósitos judiciais e cauções	-	-	-	-
Passivos financeiros	419	419	106.723	106.723
Fornecedores	419	419	-	-
Empréstimos e financiamentos	501.066	501.066	1.867.298	1.867.298
Arrendamentos	-	-	107.701	107.701
Contas a pagar a partes relacionadas	42.485	42.485	3.426	3.426
Outorgas a pagar	-	-	12.502	12.502
Adiantamento de clientes	-	-	158.561	158.561

A controladora indireta CTRNI possui contrato de swap para cobertura cambial da operação de crédito junto ao Banco Safra, conforme contrato firmado em junho de 2024. A Administração também acredita que os valores contábeis dos demais instrumentos financeiros não são significativamente diferentes dos seus respectivos valores justos, considerando-se que as taxas de juros desses instrumentos não são significativamente diferentes das taxas de mercado. b) **Hierarquia do valor justo:** O Pronunciamento Técnico CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados com pouca ou nenhuma atividade de mercado (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a entidade considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (*nonperformance risk*), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo. O CPC 48/IFRS 9 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de input significativo para sua mensuração. A seguir está demonstrada uma descrição dos três níveis dessa hierarquia: **Nível 1** - os inputs são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia deve ter a possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pela Companhia. **Nível 2** - os inputs são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os inputs do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou inputs que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo. Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia em 30 de setembro de 2025 são classificados como Níveis 1 e 2. **Nível 3** - os inputs inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses inputs representam as melhores estimativas da administração da entidade de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados ou metodologias similares que demandam um nível significativo de julgamento ou estimativa. Em 30 de setembro de 2025, a Companhia não possuía instrumento financeiro classificado como Nível 3. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: **Evidenciação**, a Companhia mensura suas aplicações financeiras e aplicações financeiras restritas pelo seu valor justo. A tabela a seguir demonstra resumidamente os ativos financeiros registrados a valor justo em 30 de setembro de 2025:

	Controladora			
	Hierarquia do valor justo	Preços cotados para ativos passivos e idênticos (Nível 2)	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	621.851	3.488	621.851
Títulos e valores mobiliários	Nível 2	-	-	-
Contas a receber de partes relacionadas	Nível 1	378.792	360.355	378.792
Passivos financeiros				
Fornecedores	Nível 2	3.471	419	3.471
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	560.538	501.066	560.538
Contas a pagar a partes relacionadas	Nível 2	86.285	42.485	86.285

	Controladora			
	Hierarquia do valor justo	Preços cotados para ativos passivos e idênticos (Nível 2)	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	1.035.713	493.299	1.035.713
Títulos e valores mobiliários	Nível 2	52.860	150.926	52.860
Contas a receber de clientes	Nível 1	318.273	254.263	318.273
Contas a receber de partes relacionadas	Nível 1	18.115	9.478	18.115
Depósitos judiciais e cauções	Nível 1	6.066	6.066	6.066
Passivos financeiros				
Fornecedores	Nível 2	138.488	106.723	138.488
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	2.106.730	1.867.298	2.106.730
Arrendamentos	Nível 2	79.907	107.701	79.907
Partes relacionadas	Nível 2	6.859	3.426	6.859
Outorgas a pagar	Nível 2	15.056	12.502	15.056
Adiantamento de clientes	Nível 2	153.690	158.561	153.690

Mensuração dos instrumentos financeiros pelo valor justo: A Companhia efetuou a avaliação dos ativos e passivos financeiros em relação aos respectivos valores de mercado ou valores de recuperação, utilizando-se das informações disponíveis e melhores práticas em metodologias de avaliação de mercado para cada situação. A interpretação dos dados de mercado e as metodologias escolhidas requer alto grau de julgamento para o estabelecimento de estimativas razoáveis para se calcular o valor justo. Consequentemente, a estimativa apresentada pode não indicar, necessariamente, os montantes que seriam obtidos no mercado atual. O uso de diferentes hipóteses para o cálculo do valor justo pode resultar em efeitos significativos nos valores obtidos. Para contratos cujas condições

atuais são similares àquelas nas quais foram originalmente pactuados ou não possuem parâmetro para cotação ou contratação, os valores justos são similares aos valores contábeis. Na avaliação com a finalidade de determinar o valor justo desses ativos e passivos mensurados ao custo amortizado, foi considerada a mensuração de impacto dos efeitos de adoção do CPC 48/IFRS 9. c) **Gestão dos riscos financeiros:** A Companhia está exposta aos riscos de liquidez, crédito e mercado. A Administração acredita que o principal de risco de mercado ao qual a Companhia está exposta é o risco de taxa de juros, conforme descrito a seguir: **Risco de liquidez:** O risco de liquidez representa a possibilidade de desacompanhamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar na incapacidade de cumprimento de obrigações nos prazos estabelecidos. A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio da combinação da manutenção de reservas adequadas, linhas de crédito e outros produtos financeiros, monitorando continuamente o orçamento e o atual fluxo de caixa casando os prazos de vencimentos de ativos e passivos financeiros. A Administração da Companhia vem atuando para reverter os prejuízos acumulados e capital circulante líquido negativo. Entre as metas estabelecidas pela Administração para alcançar melhores resultados, e resultados já conquistados, destacamos: **Estudo de oportunidades para redução de custos e despesas que foram implementados e continuidade na avaliação de processos para melhoria operacional e administrativa.** **Avanço nas negociações junto à Prefeitura Municipal de São Gonçalo envolvendo saldos a receber da controlada indireta CTRA, no que tange à liquidação de saldos do passado, compensações de impostos municipais e outorgas em aberto, além de pleito pelo aumento no prazo de concessão.** **Implementação de novos negócios, para os quais a Companhia estima obter rentabilidade nos próximos exercícios.** Dentre eles, destacamos: (i) a comercialização de biogás oriundo do gás gerado pela decomposição dos resíduos sólidos destinados nos aterros sanitários de Nova Iguaçu, São Gonçalo, para os quais as controladas indiretas têm contratos firmados para fornecimento de gás a terceiros até 2029; (ii) contrato de fornecimento de biogás firmado entre a CTRBM e a Biogera; e (iii) contrato de parceria para compartilhamento e utilização de biogás para geração de energia elétrica, firmado entre a antiga Ecopesa (Incorporada pela OMA em maio de 2022) e a ASJA Brasil Serviços para o Meio Ambiente Ltda. **Implementação de novas atividades de valorização de resíduos que fortalecerão a geração de caixa operacional da Companhia, com destaque para as atividades de reciclagem, briquetagem e geração de energia.** **Início da operação de comercialização de energia pela unidade de recuperação energética localizada em Barueri, São Paulo, por meio do contrato firmado com a Companhia Energética de Minas Gerais de longa duração (15 anos).** **Acordo de repasse do passivo da Companhia com fluxo de pagamento compatível com a geração de caixa da Companhia e de suas controladas.** **A tabela a seguir detalha a composição e o cronograma recebimento e pagamentos dos ativos e passivos financeiros da Companhia:**

	Controladora				
	Sem vencimento	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	621.851	-	-	-	621.851
Partes relacionadas	-	-	-	-	378.792
Contas a receber de clientes	8.032	-	-	-	8.032
Total	629.883	-	-	-	378.792